

A Pragmalinguística: uma abordagem a serviço da exegese bíblica

*Pragmalinguistics:
an approach in the service of biblical exegesis*

Claudio Roberto Buss

Resumo

O presente artigo quer mostrar a utilidade de um percurso de uma abordagem bíblica recente, a Pragmalinguística. É uma abordagem sincrônica que continua a dar passos para a constituição de seus passos metodológicos. Herdeira dos pressupostos da Filosofia da Linguagem Ordinária de Oxford e enriquecida pela atual ciência linguística, a Linguística Textual, tem como escopo central a dimensão da comunicatividade ou interatividade entre texto e leitor. O leitor até recentemente transcurado pela exegese bíblica, agora se torna o centro de atenção do processo de análise exegetico, pois a objetividade anteriormente preterida, possivelmente não tenha alcançado seu intento. O aspecto comunicativo de um texto torna-se não uma “cadáver a ser dissecado”, mas uma instância viva, onde o leitor é interpelado pelo próprio autor do texto a percorrer sua estratégia narrativa e assim assimilar não só informativamente, mas performaticamente os valores propostos. A riqueza da Linguística Textual, com a sua pesquisa sobre a textualidade e os fatores de coesão sintática e coerência semântica são fundamentais para a abordagem pragmalinguística. Além do que, promove uma abertura polissêmica do texto, regulado pelas instâncias linguísticas do texto, permitindo um maior diálogo entre exegese, teologia e pastoral.

Palavras-chave: Pragmática. Sincronia. Textualidade. Leitor. Estratégias narrativas.

Abstract

This article aims to show the usefulness of a recent biblical approach, Pragmalinguistics. It is a synchronic approach that continues to take steps towards the constitution of its methodological steps. Heir to the assumptions of Oxford's Ordinary Language Philosophy and enriched by current linguistic science, Textual Linguistics, has as its central scope the dimension of communicativity or interactivity between text and reader. The reader, until recently overlooked by biblical exegesis, now becomes the center of attention of the exegetical analysis process, as the previously neglected objectivity has possibly not achieved its intent. The communicative aspect of a text becomes not a “corpse to be dissected”, but a living instance, where the reader is challenged by the author of the text to go through his narrative strategy and thus assimilate not only informatively, but performatively the proposed values. The richness of Text Linguistics, with its research on textuality and the factors of syntactic cohesion and semantic coherence are fundamental to the pragmalinguistic approach. Furthermore, it promotes a polysemic opening of the text, regulated by the linguistic instances of the text, allowing for greater dialogue between exegesis, theology and pastoral care.

Keywords: Pragmatics. Synchrony. Textuality. Reader. Narrative strategies.

Introdução

A Pragmática aplicada aos textos bíblicos é ainda uma abordagem nova, que ainda está tentando dar passos significativos do ponto de vista teórico.¹ Entre os novos métodos de análise literária abordados no documento da Pontifícia Comissão Bíblica,² a saber, a análise retórica, a análise narrativa e a análise semiótica, esta última é a menos desenvolvida e articulada, entre os três métodos, chamados de sincrônicos.

Reduzida, por vezes, ao estruturalismo de Saussure e ao gerativismo de Chomsky, interpreta-se a semiótica aplicado aos estudos bíblicos como um “campo de forças”, onde aplicadas certas estruturas semióticas ao texto, o aprisiona em sua própria imanência de sentido. O documento não conseguiu

¹ PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, A Interpretação da Bíblia na Igreja, p. 54-57.

² PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, A interpretação da Bíblia na Igreja.

ir além da base inicial da ciência semiótica e já na década de noventa, quando da sua publicação, as pesquisas sobre o contexto comunicativo do texto no horizonte pragmático já estavam com suas pesquisas em alto desenvolvimento.

Além disso, o ramo da semiótica, surgida como pesquisa inicial na década de setenta, a Linguística Textual, com a abertura dialógica entre texto e leitor, permitindo assim uma hermenêutica polissêmica, já estava em amplo desenvolvimento sobre o fator textual. Portanto, a semiótica, como estudo dos sinais linguísticos, foi interpretada quase que somente pelo viés estruturalista e perdeu justamente o fundamental da sua abordagem: o horizonte comunicativo e pragmático da textualidade, o caráter polissêmico do texto e a valorização do leitor enquanto instância hermenêutica interpretativa.

A filosofia da linguagem do século XX teve seu contributo significativo para um novo entendimento do horizonte comunicativo do texto. Para tanto, é imprescindível neste artigo fazer uma digressão histórica e mostrar os contributos da Filosofia da Linguagem e da Linguística Textual do último século até hoje. A incidência desta questão sobre diversos campos do saber, também teve seu respaldo na exegese bíblica, favorecendo sua dimensão de comunicatividade, sobretudo, no que tange à valorização do leitor, entendido como sujeito interativo, capaz de dialogar com o texto, e construir o seu sentido. Em outros termos, o leitor como ator de uma verdadeira e própria cooperação interpretativa com o texto no ato da leitura. Com isso, o leitor não se configura mais como um sujeito meramente passivo, receptor de significados configurados inteiramente alheios ao seu mundo de significados.

1. A reviravolta linguística do século XX

O âmbito da linguagem se tornou, no século XX, uma questão central, seja no âmbito filosófico, bem como das ciências humanas.³ Diversas áreas das denominadas ciências humanas, de uma forma ou de outra, tematizaram neste último século, o conteúdo do seu objeto específico através da análise da expressividade da linguagem. Chegou-se, assim, a se falar em um *linguistic turn*, ou seja, uma “reviravolta linguística,” no campo das ciências humanas.

³ ARAÚJO DE OLIVEIRA, M., Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea, p. 11.

A reflexão sobre a linguagem tornou-se, se assim pode-se denominar, não somente um campo da realidade a ser explorado reflexivamente, mas a própria maneira de entender a filosofia e o objeto das ciências humanas.⁴ Isto significa dizer que a filosofia e as ciências humanas encontraram um novo paradigma, a linguagem, que passou a ser o primeiro objeto dos fundamentos científicos. Torna-se, portanto, imprescindível tratar qualquer questão dos fundamentos das ciências humanas, sem esclarecer, previamente, a questão da linguagem.

O mundo enquanto tal, não pode ser pensado independente da linguagem, isto é, que não seja exprimível na linguagem. Assim, a linguagem apresenta-se e compreende-se como o espaço de expressividade do mundo, a instância de articulação de sua inteligibilidade.⁵

A teologia e a exegese bíblica, enquanto instâncias de reflexão sistemática sobre a palavra inspirada, não pode negar a contribuição e os desafios que a filosofia da linguagem, sobretudo, abriu às diversas ciências humanas. Se a fé nasce da escuta e da acolhida racional da Palavra de Deus, as mediações linguísticas ocupam um lugar fundamental, no anúncio e na recepção da fé cristã. No cristianismo, o ato de fé se apresenta como um conjunto de atos linguísticos, cuja natureza é preciso analisar.

A função essencial da linguagem é sua instância comunicativa. Neste âmbito reflexivo, que se abre, de forma todo particular, a partir do século XX, conduz, inevitavelmente, à uma atenção também sobre o âmbito da comunicatividade do texto bíblico, ou seja, a relação entre o texto sagrado e seu leitor. Chama em causa o complexo modelo linguístico-comunicativo, muitas vezes inconsciente, com o qual este vem configurado, ao interno de um estudo exegético.⁶

Importante frisar que o conjunto de problemas postulados, em torno da linguagem, determina o modelo comunicativo. Modelos linguísticos-comunicativos são, muitas vezes, assumidos de forma inconsciente. É conhecida a tese, em semântica, de que é possível atribuir um conteúdo proposicional às frases, de modo totalmente independente do contexto no qual o locutor as profere: uma frase possui condições de verdade definidas somente em virtude das regras da linguagem. Por outro lado, é uma tese difundida na Pragmática-Linguística que uma frase exprime um conteúdo completo somente quando se determina o

⁴ SANS, G., *Al crocevia della filosofia contemporanea*, p. 239.

⁵ ARAÚJO DE OLIVEIRA, M., *Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea*, p. 12-13.

⁶ GUIDI, M., *Così avvenne la generazione di Gesù Messia*, p. 39.

contexto de proferimento da mesma.⁷ Neste sentido, torna-se oportuno, percorrer o campo teórico da reflexão filosófica sobre a linguagem e os modelos comunicativos atinentes.⁸ Isto resulta fundamental para aprofundar a noção de contexto, questão importante para o estudo do texto Escriturístico.

Postula-se que a revelação divina, se expressou na história da vida humana e assumiu diversas formas de linguagem. Esta não se exaure na Palavra bíblica, porém, esta, soube interpretar de forma genuína a manifestação de Deus nos eventos humanos, atinentes às suas possibilidades. Todo este processo não se manifestou apenas de forma informativa, mas comunicativa, pois não se exaure no significado das palavras, mas na relação estabelecida entre os interlocutores, sobre o que intercorre entre emitente e destinatário, no ato da interação comunicativa.

Segundo Piccolo, existe a necessidade de conduzir a interpretação em direção ao âmbito da Pragmática, partindo de uma afirmação muito simples que vale recordar: a linguagem possui uma dimensão de “ação”. Isto significa dizer, sob o caminho traçado pelo filósofo John Austin, que cada história narrada, cada enunciado pronunciado, não tem somente o escopo de dizer “como as coisas estão”, de constatar a verdade ou a falsidade de uma determinada realidade, mas de realizar o que o enunciado ou texto diz, narra, enuncia (ato performativo).⁹

Neste percurso, de circunscrição exegética, é de particular importância o que se chama de “contexto comunicativo”, que corresponde à situação de referimento, onde um ato linguístico é pronunciado, no qual é chamado a realizar-se, mediante a cooperação dialógica entre emitente e destinatário. A reconstrução do contexto comunicativo não é deixada à liberdade do leitor, porque há elementos linguísticos que guiam este na individuação de determinadas situações comunicativas, e que não permitem ao mesmo um subjetivismo alienante.¹⁰

Nesta perspectiva sincrônico-pragmática, deve-se levar em conta as estratégias que o texto adota para estimular a interpretação inteligente do leitor, convidando-o em certo sentido, a participar da trama, a identificar-se com os

⁷ Esta questão tem incidência sobre a exegese bíblica, no sentido de uma consideração da Bíblia como Palavra estática, ancorada em um preciso contexto histórico, ou a consideração da Bíblia como Palavra viva, comunicadora e atual.

⁸ É importante observar como diz Grilli que se o século XX foi dominado em grande parte pelo triunfo da razão histórica, nas últimas décadas a mudança para uma perspectiva linguística, na variedade das suas manifestações, assinalou um verdadeiro turning point. GRILLI, M., “L’opera lucana nel mosaico delle metodologie contemporanee”, p. 10.

⁹ PICCOLO, G., “Conoscenza e interpretazione. Como evitare il rischio del relativismo”, p. 257-267.

¹⁰ Para um aprofundado estudo sobre a questão a tese doutoral de: BIANCHI, C., *La dipendenza contestuale*.

personagens, a formular previsões sobre os eventos que serão narrados, a verificar as próprias expectativas e as próprias previsões à respeito do que efetivamente vem desenvolvido no texto. Como afirma Barbi e Romanello, os leitores podem inferir dos textos aquilo que eles não dizem explicitamente, e a cooperação interpretativa é baseada sobre este princípio, mas não podem fazer que os textos digam o contrário do que realmente afirmam.¹¹

Mesmo que já se tenha dado alguns apontamentos sobre os modelos-comunicativos, com suas respectivas contribuições e limites, pode mostrar-se frutuoso o aprofundamento de alguns elementos.

2. O paradigma semântico-modelístico

Segundo este clássico paradigma comunicativo, uma frase tem a função de descrever um estado de coisas no mundo. Uma palavra, por exemplo, é justa, certa, na medida em que faz diretamente correspondência entre a realidade e o pensamento.¹² Neste sentido, a tarefa da linguagem consiste na expressão adequada da ordem objetiva das coisas.¹³

Este modelo linguístico tem implicâncias sobre a dinâmica comunicativa. O pano de fundo é de uma comunicação baseada no modelo de *código*: um transferimento de informações de um sujeito a outro. Como acenado, tal modelo clássico tem como base as ciências exatas, ou mais precisamente, o modelo matemático. Faz parte de tal modelo o emissor (locutor ou escritor), que codifica uma mensagem mediante sinais; um receptor (ouvinte ou leitor) que decodifica a mensagem recebida; e um canal de comunicação ou meio físico mediante o qual os sinais são transmitidos.

Neste modelo, de acordo com Grilli:

De um lado, tem-se o emissor da mensagem, o qual, estabelecido o conteúdo a ser comunicado, procura conferir-lhe a melhor forma possível, realizando, portanto, um trabalho de “codificação”. Do outro lado, temos o destinatário, o qual efetua a tarefa inversa, procedendo de fora para dentro, em um trabalho de

¹¹ BARBI, A.; ROMANELLO, S., La narrazione nella e della Bibbia, p. 12.

¹² MILLER, A., Filosofia da Linguagem, p. 49.

¹³ ARAÚJO DE OLIVEIRA, M., Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea, p. 19.

“decodificação”, que consiste em chegar ao conteúdo partindo da expressão em código.¹⁴

É notável que a noção de código traz inevitavelmente consigo a noção de “regra,” mas não necessariamente a de comunicação. No centro deste modelo linguístico-representativo, está a mensagem transmitida e recebida, sujeita a regras que permitem a sua decodificação.

Pode-se afirmar que a tradição antiga e em grande parte da era moderna tem uma concepção subjetiva e individualista da linguagem humana: individualista, porque se abstrai da função comunicativa e interativa da linguagem. Subjetivista, porque considera as convenções e regras linguísticas como dados imediatos da intuição do sujeito locutor, e não como resultado de um processo de socialização.¹⁵ Em última análise, pode-se afirmar que se concebe o ser humano como uma unidade que posteriormente entra em comunicação com outras unidades isoladas semelhantes a ele.

2.1. Do paradigma semântico-modelístico da linguagem ao seu contexto de uso

Este paradigma acima, tem de certa forma, uma perspectiva da divisão sistemática do estudo da linguagem em sintaxe, semântica e pragmática tem sua origem no texto *Foundations of a Theory of Signs* do filósofo Charles William Morris (1901-1979). De acordo com a definição de Morris, a sintaxe examina as relações entre os signos, a semântica estuda a relação dos signos com os objetos a que se referem, e a pragmática diz respeito à relação dos signos com seus usuários e como estes os interpretam e os empregam.¹⁶ Essa distinção e a definição de cada uma dessas áreas tiveram uma grande influência no desenvolvimento dos estudos sobre a linguagem no pensamento contemporâneo, não só na filosofia, mas também na linguística e na teoria da comunicação.

A sintaxe e a semântica receberam tradicionalmente mais atenção. A sintaxe estuda as relações entre os signos como unidades básicas no processo de formação de proposições. Caracteriza-se como uma ciência formal, definindo as regras de formação das proposições, enquanto entidades abstratas, a partir das combinações possíveis entre os signos. Já a semântica estuda o significado dos signos linguísticos, ou seja, seu modo de relação com os objetos

¹⁴ GRILLI, M., “Interpretação e ação: a instância pragmática do texto bíblico”, p. 26.

¹⁵ ALMEIDA, G. A., “Aspectos da filosofia da linguagem, p. 7-30.

¹⁶ MARCONDES, D., A pragmática na filosofia contemporânea, p. 7.

que designam. Diz respeito, portanto, ao conteúdo significativo dos signos e à verdade das sentenças em que os signos são incluídos.¹⁷

Pode-se considerar que há duas linhas de desenvolvimento da pragmática na filosofia da linguagem. A primeira a considera como uma extensão da semântica, isto é, a pragmática trataria especificamente do que se designa por *dêixis* ou de *expressões indiciais*. Para ter significado, essas expressões dependem do contexto, sem o que não podem ter a sua referência determinada.¹⁸ Posteriormente, o papel do contexto, na constituição do significado, será ampliado, estendendo-se a outras expressões da linguagem. Outra possibilidade é de compreender a Pragmática como significação das proposições em uso, mesmo que alguns autores que formularam essas concepções não tenham utilizado este termo em relação às suas propostas. Essas concepções acrescentam à consideração do contexto a ideia de que a linguagem é uma forma de ação e não unicamente de descrição do real.¹⁹

Esta perspectiva se abre com o próprio Wittgenstein, em sua segunda fase, na obra intitulada *Investigações Filosóficas*. O filósofo adota uma concepção assimétrica da linguagem, ou seja, o significado como uso no cotidiano. Contudo, foi John Langshaw Austin, com a sua obra *How to do Things with Words* (1962), quem introduziu uma proposta de sistematização adequada à linguagem como forma de ação, e não apenas representação do real ou de descrição de fatos no mundo. Para Austin, a sistematização não só é possível como é necessária para o tratamento dos elementos implícitos e indiretos na realização dos atos de fala, ou seja, para a reconstrução da força com que o ato está sendo realizado.²⁰

2.2. John Langshaw Austin e a Teoria dos atos de fala

Com a obra *How to do Things with Words* de 1962, Austin insere na “virada linguística” do século XX, na corrente conhecida por vezes como filosofia da linguagem ordinária, filosofia linguística, ou mesmo, filosofia da escola de Oxford. Na perspectiva de Austin, há a necessidade de levar em conta o contexto de uso das expressões e os elementos constitutivos deste contexto.

¹⁷ DOMANESCHI, F., Introdução alla pragmatica, p. 19.

¹⁸ MARCONDES, D., A pragmática na filosofia contemporânea, p. 12.

¹⁹ MARCONDES, D., A pragmática na filosofia contemporânea, p. 13.

²⁰ MARCONDES, D., “Por uma Visão Performativa da Pragmática, p. 269.

Isto indica claramente que a linguagem não deve ser considerada em abstrato, em sua estrutura formal apenas, mas sempre em relação a uma situação em que faz sentido o uso de tal expressão. Desta maneira, superam-se as barreiras entre linguagem e mundo, entre o sistema de signos sintaticamente ordenados e a realidade externa a ser representada. Segundo o próprio Austin:

quando examinamos o que se deve dizer e quando se deve fazê-lo, que palavras devemos usar em determinadas situações, não estamos examinando simplesmente palavras (ou seus “significados” ou seja lá o que isto for), mas sobretudo a realidade sobre a qual falamos ao usar estas palavras – usamos uma consciência mais aguçada das palavras para aguçar nossa percepção dos fenômenos.²¹

Neste sentido, pode-se afirmar que, quando se analisa a linguagem, para Austin, a finalidade não é apenas analisar a linguagem enquanto tal, mas investigar o contexto social e cultural no qual é usada, as práticas sociais, os paradigmas e valores, a “racionalidade” enfim, desta comunidade, elementos estes, dos quais a linguagem é indissociável. A linguagem para Austin é uma prática social concreta e como tal deve ser analisada. Não há uma separação radical entre “linguagem” e “mundo”, porque o que se considera “realidade” é constituída exatamente pela linguagem adquirida e empregada.²²

Austin parte da distinção entre constataativos e performativos, ou seja, entre o uso de sentenças para descrever fatos e eventos, e sentenças que são usadas para realizar algo, e não unicamente para descrever ou relatar simplesmente. Porém, no decurso de seus estudos, Austin logo percebeu que também os atos constataativos tem uma dimensão performativa, isto é, descrever é também um ato que realizamos. Desta forma, sua concepção do uso da linguagem como uma forma de agir foi estendida para toda a linguagem, considerando o ato de fala como a unidade básica de significação e tomando-o, por sua vez, como constituído por três dimensões integradas ou articuladas: os atos locucionários, ilocucionários e perlocucionários.

O ato locucionário consiste na dimensão linguística propriamente dita, isto é, nas palavras e sentenças empregadas de acordo com as regras gramaticais aplicáveis, bem como dotada de sentido e referência. O ato ilocucionário, que pode ser considerado o núcleo do ato de fala, tem como aspecto fundamental a

²¹ AUSTIN, J. L., Quando dizer é fazer, p. 182.

²² MARCONDES, D., “A Teoria dos Atos de Fala como concepção pragmática de linguagem”, p. 223.

força ilocucionária. A força, no entanto, consiste no performativo propriamente dito, constituindo o tipo de ato realizado.²³

A primeira crítica é que falta à teoria de Austin, uma visão dialógica, uma vez que a noção de ato de fala é excessivamente centrada no locutor individual, o que pode levar à não-consideração do contexto de uso, do jogo de linguagem, conforme a teoria de Wittgenstein.²⁴

Grice (1913-1988), entre outros, indicou este tipo de preocupação, ou seja, de levar em conta também, o ouvinte e o diálogo realizado, na medida em que propõe instrumentos para a interpretação, pelo ouvinte, dos objetivos do locutor, ao fazer seu proferimento.²⁵

2.3. Henry Paul Grice e as implicaturas conversacionais

O filósofo Grice (1913-1988), professor na Universidade da Califórnia, formulou a proposta de uma semântica, fazendo a distinção entre significado locutor e significado literal. A teoria de Grice consiste em uma análise do significado, com base em mecanismos de interpretação, pelo ouvinte, do significado locutor, por meio de regras e procedimentos que permitem a identificação ou o reconhecimento das intenções do locutor ao dizer algo.²⁶ Esta teoria, tornou-se o ponto de partida para a análise dos aspectos intencionais, na constituição da força ilocucionária dos atos de fala, sobretudo, por propor mecanismos de explicitação e de reconstrução das intenções do locutor.²⁷

Segundo Grice, toda expressão linguística deve ser interpretada, levando-se em conta, seu contexto de uso. Somente a partir da consideração de contexto, pode-se decidir se a expressão em causa, está sendo usada como significado do falante, específica a um contexto determinado, ou em seu significado literal, que não varia

²³ BIANCHI, C., Pragmatica cognitiva, p. X-XI.

²⁴ BIANCHI, C.; VASSALO, N., Filosofia della comunicazione, p. 50-51.

²⁵ BIANCHI, C., Pragmatica cognitiva, p. XIV.

²⁶ É curioso dar-se conta, de acordo com Domaneschi, que Grice é geralmente considerado um dos pais fundadores da pragmática, não obstante nunca tenha utilizado o termo “pragmática” nos seus escritos. A Grice, de modo particular, vem reconhecido o mérito de contribuir para superar o conflito entre a filosofia da linguagem ideal e a filosofia da linguagem ordinária. DOMANESCHI, F., Introduzione alla pragmatica p. 27.

²⁷ “Uma teoria da linguagem deve levar em conta, seja a semântica, ou seja, o significado das expressões, seja o uso efetivo que vem realizado mediante expressões linguísticas, que hoje é comumente considerado objeto do estudo da pragmática”. DOMANESCHI, F., Introduzione alla pragmatica, p. 28 (tradução nossa).

de acordo com os contextos. A consideração do contexto é decisiva para a interpretação, pois é ele quem fornece os elementos que possibilitam ao ouvinte, interpretar o falante de uma maneira ou de outra.²⁸

Grice desenvolve um método de determinação do significado do locutor a partir da interpretação das intenções deste, ao realizar o proferimento de uma sentença. Este método baseia-se na noção de “implicatura conversacional”, que visa a dar conta de um tipo especial de inferência que ocorre na comunicação, que difere da implicação lógica por ter regras próprias e por seu maior grau de informalidade. As regras lógicas de inferência, determinam as possibilidades de relação válidas entre proposições e são regras sintáticas, isto é, independem do significado destas proposições. As implicaturas conversacionais, ao contrário, dependem fundamentalmente da consideração do contexto em que uma sentença está sendo proferida, por um locutor com a intenção de comunicar algo ao seu interlocutor.²⁹

A questão fundamental na teoria de Grice é: como reconhecer essa intenção implícita, não formulada do locutor? Torna-se assim necessário um método de análise que permita a reconstrução desse processo de significação indireta. É nisto que consiste a proposta de Grice na obra “Lógica e Conversação.”³⁰

O seu ponto de partida é a concepção de que a linguagem é essencialmente dialógica e a troca linguística, a interação entre falante (locutor) e ouvinte, é regida pelo princípio da cooperação. Grice dá a seguinte definição do princípio de cooperação: “faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, quando ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que

²⁸ Como já mencionado percebe-se por estes elementos acima apontados, como o nascimento do núcleo teórico da pragmática contemporânea seja em boa parte ligada às noções de significado, contexto e comunicação propostos por Herbert Paul Grice. DOMANESCHI, F., *Introduzione alla pragmatica*, p. 27.

²⁹ MARCONDES, D., *A pragmática na filosofia contemporânea*, p. 95.

³⁰ Traduzida para o português por João Wanderley Geraldi e publicado em DASCAL, M. (org.), *Pragmática: problemas críticos-perspectivas da linguística*, IV, 1982. Como problematiza Domaneschi, para que a comunicação entre dois interlocutores tenha sucesso é necessário, primeiramente que, um locutor que profere um enunciado tenha a intenção de comunicar certas informações aos seus interlocutores e faça de tudo para fazer-se compreender, naquilo que tenha a intenção de comunicar. Da mesma forma, a realização da comunicação verbal depende do fato que os destinatários reconheçam qual seja a real intenção comunicativa do locutor que profere um enunciado, ou seja, quais as informações que o locutor pretende comunicar. DOMANESCHI, F., *Introduzione alla pragmatica*, p. 30.

você está engajado.”³¹ Este princípio geral, por sua vez, se desdobra em quatro máximas: quantidade, qualidade, relação e modo.³²

Para Grice, a violação, ainda que apenas aparentemente, de uma ou mais dessas máximas, produz as implicaturas conversacionais. O ouvinte é levado a formular uma hipótese interpretativa sobre os motivos pelos quais o locutor não está agindo da forma esperada, uma vez que continua a pressupor que, se o locutor tem a intenção de comunicar, então permanece em vigor o princípio de cooperação.³³

O modelo proposto por Grice é particularmente importante, do ponto de vista do desenvolvimento da pragmática, por propor, efetivamente, um método de interpretação das intenções dos locutores e de reconstrução de elementos contextuais que explicam a constituição de um significado específico ao contexto de uso. Esse modelo constitui-se como uma ferramenta de grande utilidade na análise pragmática. O funcionamento de modo implícito ou indireto dos atos de fala pode ser reconstruído a partir da análise das implicaturas conversacionais causadas. Dessa forma, uma combinação entre a teoria dos atos de fala de Austin e Searle e a teoria de Grice ilumina o caminho de forma eficaz para o desenvolvimento de um método de análise pragmática da linguagem aplicada neste caso, ao texto sagrado.³⁴

2.4. Umberto Eco e a teoria do Autor Modelo e Leitor Modelo

Posteriormente, o semiólogo Umberto Eco, na obra *Lector in Fabula*, examina como o texto programa sua recepção e o que deve fazer um leitor para interpretá-lo. Melhor dizendo, o que “deveria” fazer o que ele denomina de Leitor Modelo. Eco explicita, a partir destes pressupostos, o que é o processo de leitura “cooperante.”³⁵

³¹ GRICE, H. P., “Lógica e Conversação”, p. 92.

³² São explicitadas por Grice na sua obra acima citada, *Lógica e Conversação*. Aqui trata-se de traçar apenas as linhas gerais. BIANCHI, C., *Pragmatica cognotivista. I meccanismi della comunicazione*, p. 22-30.

³³ Segundo Grice, comunicar significa, da parte do locutor, produzir uma intenção comunicativa e, da parte do ouvinte ou destinatário, reconhecer tal intenção. Sugiram diversas críticas à teoria de Grice. Uma delas é que se as intenções fossem suficientes para a compreensão do significado do um locutor, cada um poderia usar as palavras de uma língua com um significado subjetivo e completamente arbitrário, sem respeitar as convenções linguísticas da comunidade ao qual pertence. DOMANESCHI, F., *Introduzione alla pragmatica*, p. 33.

³⁴ MARCONDES, D., *A pragmática na filosofia contemporânea*, p. 65.

³⁵ BAZZANELLA, C., *Linguistica e pragmatica del linguaggio*, p. 118-119.

Na obra *Lector in Fabula*, o semiólogo italiano afirma que o texto “é um produto cujo destino interpretativo deve fazer parte do próprio mecanismo gerativo”.³⁶ Neste sentido, o texto, não somente requer ser atualizado com inferências ativas por parte do destinatário, mas o seu sentido não é independente da inteligência e da prática interpretativa do leitor. Eco declara que um texto postula o próprio destinatário como condição indispensável não somente da própria capacidade comunicativa concreta, mas também da própria potencialidade significativa. Em outros termos, um texto vem à luz quando alguém o atualiza.

Para Eco, o sentido não é uma propriedade intrínseca do texto, mas consiste na colaboração entre texto e leitor. Ele elabora um modelo de cooperação interpretativa, que se tornará central não somente na sua teoria textual, mas um dos paradigmas da semiótica interpretativa, que privilegia a dimensão pragmática.

Para conseguir seu objetivo, um autor prevê, ou melhor dizendo constrói, o seu leitor, inscrevendo no texto determinadas estratégias ou regras de jogo, que o leitor é chamado a fazer suas, nas quais possa reconhecer-se. Sem este reconhecimento recíproco (do autor e do leitor), o escopo da comunicação não se cumpre. Este leitor inscrito no texto é chamado, por Eco, de “Leitor Modelo.”³⁷ Este, grosso modo, é o leitor que cada um deve tornar-se no ato da leitura do texto. É aquele que conhece a estratégia textual impressa no texto pelo autor e se move operativamente como o autor na sua forma gerativa do texto.³⁸

3. O diálogo entre a Filosofia da Linguagem Ordinária e a Linguística Textual

O caminho percorrido até o presente momento mostra, entre outras questões pertinente, que a Pragmática não é propriamente uma disciplina própria, mas uma abordagem que está na intersecção com os diversos campos do saber. No século passado, nasceu a linguística como ciência. Surgiu com o desenvolvimento do pensamento de Ferdinand de Saussure (1857–1913), considerado o introdutor da ciência da linguagem no início do século XX. Resultante de suas aulas de linguística, o famoso *Curso de Linguística Geral*, publicado por seus discípulos em 1916. Na concepção saussuriana, a linguagem humana poderia ser compreendida a partir de dois pontos de vista. Um que privilegia o sistemático, forma e abstrato (campo da *langue*), outro que

³⁶ ECO, U., *Lector in Fabula*, p. 39.

³⁷ ECO, U., *Lector in fabula*, p. 35-41.

³⁸ ECO, U., *Lector in fabula*, p. 39.

privilegia o assistemático, o uso linguístico, concreto e variável (campo da *parole*, termo francês traduzido como *fala*).³⁹

Mesmo na ciência da linguagem, essa tensão entre a forma linguística organizada em um sistema e os usuários e os contextos de uso da linguagem, continuou caracterizando uma das mais clássicas oposições dos estudos sobre a linguagem. Após o estabelecimento da linguística como domínio de conhecimento científico e pesquisa acadêmica, ou mesmo pode-se dizer *pós-Saussure*, esse embate definiu subáreas e ramos da ciência que procura entender as características e o funcionamento da linguagem humana: propostas direcionadas em um caminho aberto por Saussure na sua definição de língua: estudo sistemático, formal, em busca do homogêneo; e propostas direcionadas para a fala: âmbito da linguagem em uso, da Pragmática.

Como demonstra o linguista francês Jouve, durante os anos 1970, os profissionais da análise de textos começaram a estudar a leitura. A obra literária que, até então, era entendida na relação histórica, presa na pesquisa do mundo do autor, agora é considerada em relação àquele que, em última instância, lhe fornece a existência: o leitor.⁴⁰

Pode-se afirmar que o interesse pela leitura começa a se desenvolver quando as abordagens estruturalistas, como a de Saussure começam a sofrer certo cansaço. Percebe-se que é inútil reduzir o texto literário a uma série de formas. Esta insuficiência do estruturalismo demanda, portanto, uma renovação da abordagem dos textos literários. No início dos anos 1980, os progressos da linguística abrem novas perspectivas. Nasce a Linguística Textual, como ramo da Linguística que tem como objeto o texto. Uma narrativa não é uma simples soma de proposições e que permite classificar o grande conjunto de elementos que fazem parte da composição narrativa. Esta questão será teorizada pelas primeiras “gramáticas do texto” e posteriormente desenvolvida em abordagens textuais globais.

É a expansão da Pragmática nas últimas décadas que vai levar os estudiosos da literatura a se interessar pelos problemas da recepção.⁴¹ O que se sobressai nos estudos pragmáticos é a importância da interação do leitor com o texto. Andorno afirma que se a linguagem serve, menos para informar do que para agir sobre o outro; um enunciado não pode ser entendido somente pela

³⁹ BATISTA, R. O., Introdução à pragmática, p. 19.

⁴⁰ JOUVE, V., A Leitura, p. 11.

⁴¹ JOUVE, V., A Leitura, p. 12.

referência a seu emissor. É o binômio formado pelo texto e sua relação com o leitor que convém levar em conta.⁴²

A semântica não é um nível autônomo da Pragmática, caso contrário, recaí-se em um conteúdo lexical abstrato desprovido do contexto de uso e da cooperação do leitor na construção do sentido textual. Afirma-se, assim, que semântica deve prever a Pragmática como parte integrante de sua teoria linguística, ou como declara Levinson: “se a Pragmática, em alguns casos, é logicamente anterior à semântica, uma teoria linguística geral simplesmente deve incorporar a Pragmática como componente ou nível na teoria integrada geral.”⁴³

É oportuno, portanto, considerar a Pragmática, não como uma disciplina em si mesma, mas uma “perspectiva” ou “abordagem” de estudo sobre a linguagem, caracterizada por diversos âmbitos do conhecimento humano. Isto não exclui o fato de que seja possível reconhecer na origem um núcleo teórico central da Pragmática. A reflexão sobre a linguagem, a partir da filosofia analítica do século XX, contribuiu de forma substancial para dar vida ao projeto teórico da Pragmática.

A pragmática, como estudo da linguagem em contexto, segundo Domaneschi, consiste em colocar em evidência, dois aspectos de interesse, diante do agir linguístico, que o caracterizam:

- a) o estudo de como o contexto influencia a linguagem;
- b) o estudo de como a linguagem influencia o contexto.⁴⁴

Em outras palavras, a produção e a compreensão da linguagem dependem de informações ligadas ao contexto de uso, como é o caso do primeiro aspecto; por outro lado, o uso da linguagem pode influenciar o contexto: os locutores, mediante a linguagem, modificam o mundo circunstante, como já estudado a partir de Austin.

3.1. A discussão histórica sobre a natureza do texto e os fatores de textualidade

Anteriormente à década de 1960, as pesquisas linguísticas tinham como limite o estudo da frase, desconhecendo os aspectos semânticos e contextuais em diferentes situações de comunicação. Esta visão tradicionalista, gerou um modelo de língua abstrata, restringindo-se ao padrão gramatical da língua

⁴² ANDORNO, C., *Linguistica testuale*, p. 18.

⁴³ LEVINSON, S. C., *Pragmática*, p. 42.

⁴⁴ DOMANESCHI, F., *Introduzione alla pragmatica*, p. 19.

escrita, desconsiderando a diversidade de usos e situações comunicativas e, conseqüentemente, não dando conta da riqueza das características do texto. A focalização era sobre o vocabulário e as categorias gramaticais. Reflexões abertas pela linguística textual como coesão, coerência e pragmática textual, não constituíam objeto de preocupação.⁴⁵

A Linguística Textual toma, pois, como objeto particular de estudo, não mais a palavra ou frase isolada, no seu sentido lexical, mas o texto, considerado a unidade básica de manifestação da linguagem. Isto porque existem diversos fenômenos linguísticos que só podem ser explicados no interior do texto. Neste sentido, o texto é muito mais que a simples soma das frases e palavras que o compõem. Com isto, pode-se afirmar que entre frase e texto, a diferença não é somente de ordem quantitativa, mas, sobretudo, de ordem qualitativa.⁴⁶ A Linguística Textual, em sua fase de amadurecimento, preocupou-se com os fatores de produção, recepção e interpretação de textos. Desta forma, percebeu-se cada vez mais que o locutor se comunica através de textos e não de frases ou palavras isoladas. Esta afirmação, que parece, em primeiro momento, corriqueira, requereu estudos sérios, pesquisas sistemáticas e o rompimento com princípios linguísticos cristalizados e solidificados através de décadas.

Cada concepção de texto, tal como anteriormente se afirmou, reflete uma abordagem específica. Uma retrospectiva histórica, sobre as várias etapas desta evolução conceitual, no que tange ao texto e suas concepções, revela-se muito oportuna. Na década de 1970, nos albores do surgimento da Linguística Textual, ei-la sedimentada sobre a análise transfrástica e a construção de gramáticas do texto. Já na década de 1980, os teóricos ampliaram o sentido do conceito de coerência, aliando-o à pragmática. Sendo assim, a coerência passa a não constituir mera propriedade ou qualidade do texto em si, mas se torna um fenômeno muito mais amplo, visto que ela se constrói, em dada situação de interação, entre o texto e seus leitores, em função da atuação de uma complexa rede de fatores, de ordem linguística, cognitiva, sociocultural e interacional.⁴⁷ Também outros fatores de textualidade, passaram a ser objeto das pesquisas, tais como informatividade, situacionalidade, intertextualidade, intencionalidade e aceitabilidade.⁴⁸

⁴⁵ MARCUSCHI, L. A., Linguística de texto, p. 11-12.

⁴⁶ KOCH, I. V., A Coesão Textual, p. 11.

⁴⁷ KOCH, I. V., Introdução à Linguística Textual, p. 12.

⁴⁸ KOCH, I. V., Introdução à Linguística Textual, p. 13.

3.2. O texto no horizonte pragmático

O texto determina as funções comunicativas que nele vão aparecer, e estas, por sua vez, determinam as estruturas superficiais. O leitor não se limita a “entender o texto”, no sentido de “captar” apenas o seu conteúdo referencial, mas necessita, isto sim, reconstruir os propósitos comunicativos que tinha o locutor (autor) ao estruturá-lo, isto é, descobrir o “para que” do texto. E esta é uma via de uma mão dupla, pois o leitor ao entrar em contato com o texto, também ativa suas estratégias cognoscitivas. Estas dependem dos seus objetivos, dos seus conhecimentos prévios, bem como de suas crenças, opiniões e atitudes.⁴⁹ Isso explica por que, no momento da compreensão, há a possibilidade de o leitor reconstruir não somente o sentido intencionado pelo produtor do texto, mas também outros sentidos, não previstos ou, por vezes, nem mesmo desejados pelo autor.

Para elucidar, de forma suscitando o que é o texto enquanto tal, este pode ser sintetizado de alguma forma nas palavras de Klaus Berger: “uma rede de relações ordenadas à comunicação.”⁵⁰ Neste sentido, dois elementos precisam ser observados:

- a) Se trata de uma unidade estruturada e harmônica;
- b) É ordenado à comunicação.⁵¹

Tratando-se, portanto, de uma unidade estruturada e harmônica, o texto não possui somente uma extensão, que pode oscilar desde uma frase até uma inteira obra, mas também uma coesão e uma coerência interna. O essencial é a presença de um sentido completo, de uma organização que possua uma coesão sintática e uma coerência semântica. Estas características são o resultado de vários elementos coesivos de natureza formal (como por exemplo, artigos, advérbios, conjunções etc.), e, além destes, uma relação semântica e pragmática.⁵²

O fato de que o texto seja uma unidade *em ordem à comunicação*, significa que ele está sempre endereçado a alguém ou a uma determinada intenção comunicativa. O emitente, portanto, formula a sua mensagem em função comunicativa e o dispõe de sinais que lhe permitem chegar ao escopo

⁴⁹ KOCH, I.V., As tramas do texto, p. 28.

⁵⁰ BERGER, K., As formas literárias do Novo Testamento, p. 12.

⁵¹ GRILLI, M., Consideraciones en torno a la sintática, p. 34.

⁵² Para melhor aprofundamento destas definições pode-se consultar: MEYNET, R., Il Vangelo secondo di Luca, p. 21-22.

pelo qual estabeleceu de antemão. A comunicação acontece quando a escolha dos sinais comunicativos resulta eficaz à conquista do objetivo proposto. De acordo com Marcuschi:

se os fatores da linguagem têm caráter social, o processo/produto pelo qual se dá a interação entre os interlocutores é o texto. O texto está, pois, ligado a uma situação material concreta, como igualmente a um contexto mais amplo, que configura as condições de vida de uma dada comunidade linguística.⁵³

A produção linguística, portanto, se dá em textos, e não, em palavras isoladas. Ninguém lê um dicionário ou um catálogo telefônico assim como lê, por exemplo, um romance, um artigo de jornal, ou outra obra literária, como a Bíblia. Importante ainda elucidar o que autores renomados da linguística, como Halliday e Hasan, entendem o texto: “este é uma unidade em uso. Não é uma unidade gramatical, tal como uma frase ou sentença; e não é definido por sua extensão. Um texto é, melhor dizendo, uma unidade semântica: uma unidade de sentido.”⁵⁴ Koch afirma que “o texto dá novos sentidos às palavras e à realidade à medida que se constrói.”⁵⁵

Trata-se, portanto, de abordar o texto em sua dimensão linguística, ou seja, primeiramente a partir do aspecto da coesão; em sequência, deve-se considerar a organização reticulada, ou melhor dizendo, os níveis de sentido e intenções que realizam a coerência no aspecto semântico; por fim, as funções pragmáticas. Esta diferenciação é apenas didática, pois a inclinação hodierna é de considerar a Pragmática como perspectiva ou abordagem que engloba todo o processo, mais que um nível ou ciência autônoma. Com isso, quer-se dizer que, a pragmática não está somente no final do processo ou em uma das fases, mas em todas as fases da compreensão do texto.

Digno de nota é a observação de Koch de que a distinção entre coesão e coerência não pode ser estabelecida de maneira radical, ou seja, como se se tratasse de dois fenômenos independentes um do outro, pois, nem sempre a coesão se estabelece de forma unívoca entre elementos presentes na superfície textual. Desta maneira, sempre se faz necessário um cálculo de sentido, com recursos a elementos contextuais, onde já se encontra no domínio da coerência. Além do mais, os dois grandes responsáveis pela estruturação do texto – a

⁵³ MARCUSCHI, L. A., *Linguística de Texto*, p. 21.

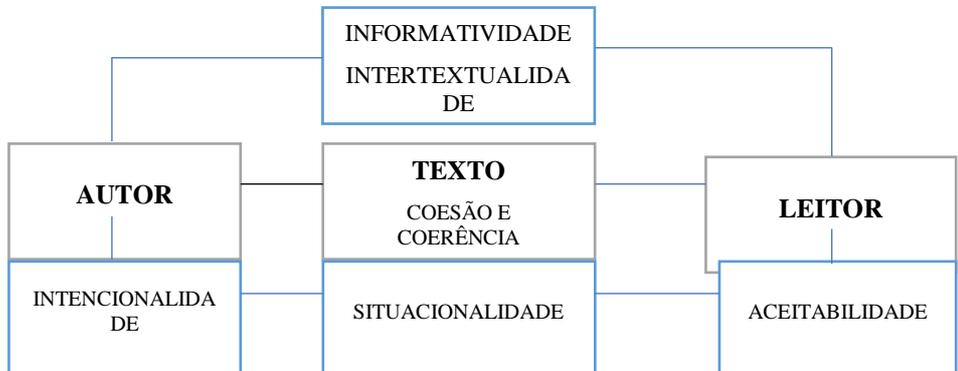
⁵⁴ HALLYDAY, M. A. K.; HASAN, R., *Cohesion in English*, p. 1-2 (tradução nossa).

⁵⁵ KOCH, I. V., *As tramas do texto*, p. 9.

retrospecção e a prospecção –, realizados em grande parte por meio dos recursos coesivos, são determinantes para a produção dos sentidos e, portanto, para a construção da coerência. Postula-se, de acordo com a estudiosa, uma perspectiva de “coerência pragmática”, já que os processos cognitivos desencadeados na mente do leitor são realizados através do texto e seu contexto.⁵⁶

4. Os fatores de textualidade

O texto é uma entidade concreta e atual, não se podendo tratá-lo como um fenômeno abstrato. Por outro lado, não se pode fazer ciência do texto intuitivamente, propondo modelos descritivos e explicativos para cada fato. Este é um problema metodológico elementar, que atinge também a Pragmalinguística, uma abordagem em contínua construção. Porém, de algum modo, deve-se apresentar categorias de análise concretas, mesmo que elas não deixem de ser construções teóricas. O organograma abaixo, pretende ser uma abstrata e sintética visão das relações dos principais fatores de textualidade, a partir de Beaugrande e Dressler:⁵⁷



Koch, Marcuschi e Travaglia, com variações teóricas próprias, partindo da concepção interacional (dialógica) da língua, na qual os sujeitos são vistos como atores/construtores sociais, afirmam que o texto passa a ser considerado o próprio lugar da interação e os interlocutores, sujeitos ativos – dialogicamente

⁵⁶ KOCH, I. V., Introdução à Linguística Textual, p. 54-55.

⁵⁷ BEAUGRANDE, R.-A.; DRESSLER, W., Introduction to Text Linguistics.

– nele se constroem e por ele são construídos. A produção textual constitui atividade interativa altamente complexa de sentidos, que se realiza, primeiramente, com base nos elementos linguísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização (co-texto), mas que requer não apenas a mobilização de um vasto conjunto de saberes (enciclopédia), mas a sua reconstrução – e a dos próprios sujeitos – no momento da interação verbal.⁵⁸

Neste sentido, Koch, Marcuschi e Travaglia rompem a dicotomia entre “critérios centrados no texto” e “critérios centrados no leitor”, pois a relação que se estabelece entre linguagem e cognição é estreita, interna, de mútua construção, na medida em que se supõe que não há possibilidades integrais de pensamento ou de domínios cognitivos (por parte, por exemplo do leitor), fora da linguagem, nem possibilidades de linguagem fora de processos interativos humanos.

Nessa concepção, amplia-se, a noção de contexto, tão cara à Linguística Textual. Se, inicialmente, quando das análises transfrásticas o contexto era visto apenas como co-texto (segmentos textuais precedentes e subsequentes ao fenômeno em estudo), quando da introdução da pragmática, passou a abranger a situação comunicativa, agora ele passa a constituir agora a própria interação e seus sujeitos: o contexto constrói-se, em grande parte na própria interação.⁵⁹

Pode-se afirmar que o sentido não está no texto, mas se constrói a partir dele, no curso de uma interação. Para ilustrar esta afirmação, recorre-se, frequentemente, à metáfora do iceberg: como este, todo texto possui apenas uma pequena superfície exposta e uma imensa área imersa subjacente. Para se chegar às profundezas do implícito e dele extrair um sentido, faz-se necessário

⁵⁸ KOCH, I. V.; TRAVAGLIA, L. C., A coerência textual, p. 69-70. Eco afirma que para organizar a própria estratégia textual, o autor deve referir-se a uma série de competências que confirmam conteúdo às expressões que usa. Ele deve aceitar que o conjunto de competências a que se refere é o mesmo a que se refere o próprio Leitor. Por conseguinte, preverá um Leitor-Modelo capaz de cooperar para a atualização textual como ele, o autor, pensava, e de movimentar-se interpretativamente conforme ele se movimentou gerativamente. ECO, U., Lector in Fabula, p. 39.

⁵⁹ KOCH, I. V., A Interação pela linguagem, p. 8-9. No dizer de Guidi, o sentido é construído a partir dos contextos de uso. GUIDI, M., A questão contextual, p. 65. No dizer de Grilli, o “contexto comunicativo” é diferente do contexto literário de uma perícope. “Contexto comunicativo” é a situação de referimento no qual um ato linguístico vem colocado e no qual é chamado a realizar-se na cooperação dialógica entre emite e destinatário. A reconstrução deste contexto não é deixada à arbitrariedade do Leitor, porque há elementos linguísticos que guiam na individuação de determinada situação comunicativa. GRILLI, M., Parola di Dio e linguaggio umano, p. 532.

o recurso aos vários sistemas de conhecimento e a ativação de processos e estratégias cognitivas e interacionais.⁶⁰

De acordo com Koch, para o processamento textual contribuem três grandes sistemas de conhecimento: o linguístico, o enciclopédico e o interacional. O conhecimento linguístico compreende o conhecimento gramatical e lexical, sendo o responsável pela articulação som-sentido. É ele o responsável, por exemplo, pela organização do material linguístico na superfície textual, pelo uso dos meios coesivos que a língua põe à disposição para efetuar a remissão ou a sequenciação textual, pela seleção lexical adequada ao tema e aos modelos cognitivos ativados.⁶¹

O conhecimento enciclopédico, ou conhecimento de mundo, é aquele que se encontra armazenado na memória de cada indivíduo. É com base em tais modelos, por exemplo, que se levantam hipóteses, que se criam expectativas, que se produzem as inferências que permitem suprir as lacunas ou incompletudes, encontradas na superfície textual.

O conhecimento interacional é o conhecimento sobre as ações verbais, isto é, sobre as formas de *interação* através da linguagem. Engloba os conhecimentos do tipo ilocucional, comunicacional etc. É o conhecimento ilocucional que permite reconhecer os objetivos ou propósitos que um texto, em dada situação de interação, pretende atingir.⁶²

O primeiro dos sistemas, ou seja, o linguístico, está ligado ao fator da coesão textual, analisada mais detalhadamente abaixo; os outros dois, enciclopédico e interacional estão ligados ao fator da coerência textual, também analisado em suas categorias próprias.

⁶⁰ KOCH, I. V., Introdução à Linguística Textual, p. 43-44.

⁶¹ KOCH, I. V., O texto e a construção dos sentidos, p. 32-33.

⁶² No dizer de Guidi, deve ser revista a compreensão de contexto, sua relação com o texto (e com o significado linguístico) e a concepção mesma da pragmática: seu alvo não é simplesmente determinar o conteúdo de expressões anômalas como os indiciais, as ambiguidades e a linguagem figurada por força do recurso a fatores contextuais (determinar o contexto semântico), para em seguida, compreender, em uma fase sucessiva, qual tipo de ato linguístico foi realizado (determinar o contexto pragmático), mas compreender a própria interação comunicativa a cada nível, sempre vinculada ao próprio contexto. GUIDI, M., A questão contextual., p. 65-66.

4.1. A coesão textual

De acordo com os estudos de Koch e Marcuschi, em resumo, a coesão é entendida como a ligação, a relação, os nexos que se estabelecem entre os elementos que constituem a superfície textual. Ao contrário da coerência, que é subjacente, a coesão é explicitamente revelada através de marcas linguísticas, índices formais na estrutura da sequência linguística e superficial do texto, o que lhe dá um caráter linear, uma vez que se manifesta na organização sequencial do texto. Assinalando a conexão entre as diferentes partes do texto, tendo em vista a ordem em que aparecem, a coesão é sintática e gramatical, mas também semântica, pois, em muitos casos, os mecanismos coesivos se baseiam numa relação entre os significados de elementos da superfície do texto, como na chamada coesão referencial.⁶³ Marcuschi também chama a atenção para a co-textualidade, como parte da análise da coesão sintática do texto.⁶⁴ Esta categoria foi introduzida por Petöfi,⁶⁵ e é propriamente uma seleção sintática ao interno de uma obra literária, delimitada por sinais de interrupção ou segmentação da comunicação. Esta fornece a seleção textual adequada para a compreensão comunicativa da passagem, neste caso da perícopé bíblica, em análise. Os “confins” da seleção considerada oportuna do ponto de vista comunicativo, são estabelecidos em base à elementos narrativos, sintáticos, semânticos, retóricos etc. No que se refere a textos narrativos, os elementos como mudança de lugar, de tempo, de protagonistas, de cenário, juntamente com elementos sintáticos e retóricos, são fundamentais na delimitação da porção comunicativa adequada. Importante frisar que o co-texto, mesmo que delimitado por meio de indícios textuais, permanece sempre um âmbito interpretativo.⁶⁶

No que se refere à coesão, para Koch há duas grandes modalidades: a *coesão remissiva ou referencial* e a *coesão sequencial*.⁶⁷

A coesão remissiva ou referencial é a que se estabelece entre dois ou mais componentes da superfície textual que remetem a um mesmo referente,⁶⁸

⁶³ KOCH, I. V., A coesão textual, p. 14-18; MARCUSCHI, L. A., Linguística de Texto, p. 50-54.

⁶⁴ MARCUSCHI, L. A., Linguística de Texto, p. 53.

⁶⁵ PETÖFI, J. S., Text vs Sentence. Basic Question of Text Linguistics.

⁶⁶ GUIDI, M., “Così avvenne la generazione di Gesù Messia”. p. 390-391.

⁶⁷ As várias questões abordadas abaixo são uma síntese da obra de KOCH, I. V., A coesão textual. Nesta obra a autora desenvolve os vários mecanismos de coesão.

⁶⁸ Na fase inicial da Linguística Textual, a coesão referencial era vista como o mecanismo que permite ao produtor do texto remeter, por meio de um elemento linguístico a outros elementos

que pode ser acrescido de outros traços que se lhe vão agregando textualmente. Ela é obtida através de dois mecanismos básicos:

- a) *Substituição*: quando um componente da superfície textual é retomado (anáfora) ou precedido (catáfora) por uma “proforma”: pronome, verbo, advérbio, quantificadores que substituem outros elementos do texto. Há também a substituição por zero, que é a elipse.
- b) *Reiteração*: que se faz através de sinônimos, de hiperônimos, de nomes genéricos, de expressões nominais definidas, de repetição do mesmo item lexical.

A coesão sequencial também se faz através de dois procedimentos: a *recorrência* e a *progressão*.

A coesão sequencial por recorrência é obtida pelos seguintes mecanismos: recorrência de termos, de estruturas (paralelismo), de conteúdos semânticos (paráfrase), de recursos fonológicos (ritmo, rima, aliteração etc.), de aspectos e tempos verbais.

A coesão sequencial por progressão é feita por mecanismos que possibilitam:

- a) *A manutenção temática*, pelo uso de termos de um mesmo campo lexical;
- b) *Os encadeamentos*, que podem se dar por justaposição ou conexidade. Na justaposição, usam-se partículas sequenciadoras que podem ser temporais, ordenadoras ou continuativas de enunciados ou sequências textuais, quando dizem respeito à linearidade e à ordenação de partes do texto. O encadeamento por conexão é feito através de conectores que

textuais, anteriores (anáfora) ou subsequentes (catáfora). Mais recentemente, no âmbito da perspectiva sociocognitivo-interacional, as atividades de coesão referencial têm sido entendidas como estratégias de referenciação. Nesse enfoque, considera-se que as atividades de coesão referencial são responsáveis pela progressão do texto por meio da introdução (ativação) e da reconstrução ou manutenção de referentes textuais, chamados de objetos do discurso. Através dessas operações sociocognitivas-interacionais, os objetos do discurso possibilitam a constituição da memória discursiva dos interlocutores, levando ao estabelecimento de um determinado modelo textual. CINTRA, M. R.; PENHAVEL, E., “Linguística Textual e Semântica”, p. 220-221.

permitem relações de interdependência entre as frases, de tal modo que uma delas é necessária à compreensão das demais. São os chamados conectores de ordem coordenativa e subordinativa.⁶⁹

Os elementos coesivos acima citados fazem parte da referência *endofórica*, ou seja, o referente se acha expresso no próprio texto. Porém, existe a referência situacional ou *exofórica*, quando a remissão é feita a algum elemento da situação comunicativa.⁷⁰

Koch apresenta esquematicamente a dinâmica da coesão textual:⁷¹



Neste sentido, o texto não é apenas formado por critérios puramente linguísticos, mas é uma unidade comunicativa. Os estudiosos Beaugrande e Dressler afirmam que o texto é o resultado atual das operações que controlam e regulam as unidades morfológicas, as sentenças e os sentidos durante o emprego do sistema linguístico numa ocorrência comunicativa.⁷² Neste sentido, o texto, como afirma Marcuschi, está submetido tanto a controles e estabilizadores internos como externos, de modo que não se deve considerar a estrutura linguística como fator único do funcionamento do texto.⁷³

Neste sentido, a dependência contextual dos processos comunicativos é evidente, mesmo na coesão textual. Há autores que aplicam a Pragmática-Linguística aos textos bíblicos, como por exemplo, Guidi, que afirma que, esta dependência não se dá somente nos casos manifestos de indiciais puros, que o

⁶⁹ KOCH, I.V., Argumentação e Linguagem, p. 108-132.

⁷⁰ KOCH, I.V., A coesão textual, p. 19.

⁷¹ KOCH, I.V., A coesão textual, p. 20.

⁷² BEAUGRANDE, R.-A.; DRESSLER, W.U, Introduction to Text Linguistics, 1981, p. 34-37.

⁷³ MARCUSCHI, L. A., Linguística de Texto, p. 30.

modelo tradicional leva em consideração, mas também em outras formas problemáticas que o paradigma tradicional relega a um plano de ambiguidades a serem descaracterizadas. Neste caso, a perspectiva comunicativa considera tanto a dependência *bottom-up* (induzida a partir do material linguístico), bem como a *top-down* (induzida do próprio contexto).⁷⁴ No dizer de Bianchi, um mesmo conteúdo proposicional pode ter interpretações diferentes, segundo as intenções com o qual vem usado, e das circunstâncias no qual vem proferido.⁷⁵ Para Marchuschi, a coesão, ao nível de macroestrutura, envolve os procedimentos da conexão superficial do texto e estabelece as condições da co-textualidade e inclui a formação sintática do texto, nas suas relações gramaticais. Embora estes fatores sejam princípios constitutivos do texto, não são suficientes, pois a coesão envolve elementos situacionais, externos ao texto e recuperáveis na situação comunicativa, e não unicamente pela via de expressões correferentes dentro do texto.⁷⁶

4.2. A coerência textual

O texto é parte de um processo de comunicação e depende de muitos fatores. Para compreender um texto é necessário reconstruir também o evento comunicativo no qual está inserido. Uma adequada comunicação é possível somente se o intérprete se possui as informações necessárias do quadro complexo dos vários fatores envolvidos na formação textual. Já se abordou a questão da coesão textual, como análise inicial do texto. Um segundo passo, que não está desligado do primeiro, diz respeito, a um nível mais profundo, ou seja, a da coerência, ou seja, do sentido textual.

A coerência diz respeito ao modo como os elementos subjacentes à superfície textual vêm a constituir, na mente dos leitores, uma configuração veiculadora de sentidos. Para Koch e Travaglia, a coerência não é uma mera qualidade ou propriedade do texto; é resultado de uma construção feita pelos interlocutores, numa situação de interação dada, pela atuação conjunta de uma série de fatores de ordem cognitiva, situacional, sociocultural e interacional.⁷⁷

Postula-se que a coerência não está no texto, mas esta deve ser constituída a partir dele, levando-se, pois, em conta, os recursos coesivos

⁷⁴ GUIDI, M., A questão contextual, p. 63. Guidi segue a tese de BIANCHI, C., La dipendenza contestuale.

⁷⁵ BIANCHI, C., Pragmatica del linguaggio, p. 55.

⁷⁶ MARCUSCHI, L. A., Linguística de Texto, p. 53-68.

⁷⁷ KOCH, I. V.; TRAVAGLIA, L. C., A coerência textual, p. 8.

presentes na superfície textual, que funcionam como pistas ou chaves para orientar o interlocutor na construção do sentido. Para que se estabeleçam as relações adequadas entre tais elementos coesivos e o conhecimento de mundo (enciclopédia própria), o conhecimento socioculturalmente partilhado entre os interlocutores, e as práticas sociais postas em ação no curso da interação, torna-se necessário recorrer às estratégias interpretativas, como as inferências e outras estratégias de “negociação” de sentido. A coerência para Van Dijk,⁷⁸ bem como Charolles,⁷⁹ se estabelece em diversos níveis: linguísticos, discursivos, cognitivos, culturais e interacionais, que entrelaçando-se, constroem o que se pode chamar de “coerência global do texto.”

Beaugrande e Dressler haviam postulado os fatores “centrados no texto,” como coesão e coerência; e os demais fatores “centrados no leitor.” Dentro de uma perspectiva pragmática-cognitiva atual, não faz sentido esta divisão, já que todos eles são centrados simultaneamente no texto e em seus leitores. Além disso, a coerência não é apenas um critério de textualidade entre os demais (como geralmente postulado e centrado no texto!), mas constitui o resultado da confluência de todos os demais fatores, aliados a mecanismos e processos de ordem cognitiva, como o conhecimento enciclopédico, o conhecimento compartilhado. O que se tem defendido é que a coerência resulta de uma construção dos leitores do texto, numa dada situação comunicativa, para a qual contribuem, de maneira relevante, todos os fatores apresentados abaixo, a par de outros que no decorrer deste artigo pode-se especificar.⁸⁰

4.2.1. Elementos linguísticos

Os elementos linguísticos servem como pistas para a ativação dos conhecimentos armazenados na memória e, constituem o ponto de partida para a elaboração de inferências, ajudando o leitor a captar a orientação argumentativa dos enunciados que compõe o texto. A ordem de apresentação desses elementos, o modo como se inter-relacionam para veicular sentidos, as marcas usadas para esse fim, as “famílias” de significados a que as palavras pertencem, os recursos que permitem retomar coisas já ditas e/ou apontar para elementos que serão apresentados posteriormente, enfim, todo o contexto

⁷⁸ VAN DIJK, T.A., *Texto y Contexto*.

⁷⁹ CHAROLLES, M., “Coherence as a principle of the interpretability of discourse”, p. 71-98.

⁸⁰ KOCH, I. V., *Introdução à Linguística Textual*, p. 52.

linguístico – ou co-
texto – contribui de maneira ativa na construção da coerência.⁸¹

4.2.2. Conhecimento de mundo

O conhecimento de mundo, por parte do leitor, desempenha um papel decisivo no estabelecimento da coerência: se o texto, por exemplo, aborda questões que o leitor não conhece, será difícil calcular o seu sentido e parecerá destituído de coerência.

Este conhecimento de mundo é adquirido à medida das experiências vivenciais no contato com o mundo. Ele não é arquivado na memória de maneira caótica: este são armazenados como *modelos cognitivos*. Os modelos cognitivos explorados por diversos autores denominam-se de diferentes maneiras: *frames, esquemas, plano, scripts, esquemas textuais*. É a partir dos conhecimentos que o leitor tem que se desencadeia a construção de um modelo de mundo representado em cada texto. Tal mundo não é uma cópia fiel do mundo real, já que o autor do texto recria o mundo sob uma determinada ótica, dependendo de seus objetivos, crenças, convicções e propósitos. Mas, para que se possa estabelecer a coerência de um texto, é preciso que haja correspondência ao menos parcial entre os conhecimentos nele ativados e o conhecimento do leitor de mundo, pois, caso contrário, não haverá condições de construir o universo textual, dentro do qual as palavras e expressões do texto ganham sentido.⁸²

⁸¹ KOCH, I. V.; TRAVAGLIA, L. C., A coerência textual, p. 71-72. Tanto a linguística estrutural quanto a gerativa de Chomsky, procuravam descrever a língua em abstrato, fora de qualquer contexto de uso. Muitos linguistas, contudo, especialmente em países europeus passaram a voltar sua atenção para a linguagem enquanto atividade, para as relações entre a língua e seus usuários e, portanto, para a ação que se realiza na e pela linguagem: vai ganhando terreno, aos poucos, a linguística pragmática. BENVENISTE, E., Problemas de linguística geral, p. 10-11.

⁸² KOCH, I.V.; TRAVAGLIA, L.C., A coerência textual, p. 72-77. Esquemas, frames, cenários ou similares são modalidades humanas de representar o contexto; se apresentam à experiência de forma repetitivas, organizadas e regulares. A capacidade cognitiva do homem é estruturada sobre a base de sistemas organizados de conceitos coligados entre si de modo sistemático. O conceito de frame exprime o caráter relacional, histórico e temporal da atividade cognitiva-interpretativa do ser humano. A compreensão de um “objeto” vem sempre como interpretação de x-em-uma-história, ou de x-em-contexto. Cf. Cf. GUIDI, M., “Così avvenne la generazione di Gesù Messia”, 2012, p. 393. Guidi baseia-se na proposta de Umberto Eco de “enciclopédia própria” e “enciclopédia adquirida”, na obra *Lector in Fabula*. Guidi, interpretando o postulado de Eco afirma que o mecanismo textual exige uma interação cooperativa do próprio leitor. A fim de que essa operação possa realizar-se, exigem-se do Leitor competências de diversas naturezas.

4.2.3. Conhecimento compartilhado

Para que um texto seja coerente, é preciso haver um equilíbrio entre informação dada e informação nova. Se um texto possui somente informações novas, torna-se ininteligível, pois falta ao leitor a enciclopédia da qual ele pode proceder ao processamento cognitivo do texto. De outro lado, se o texto contém somente informações já dadas, é totalmente redundante, e não preenche seu propósito comunicativo.⁸³

É preciso que, autor e leitor possuam, ao menos, uma boa parcela de conhecimentos comuns. Quanto maior for esta parcela, menor será a necessidade de que haja delongas na explicação de expressões ou terminologias presentes no texto, pois o leitor será capaz de suprir as lacunas, através de inferências. Os elementos textuais que remetem ao conhecimento compartilhado entre os interlocutores (texto e leitor) constituem a informação que se pode denominar “velha” ou *dada*, ao passo que tudo aquilo que for introduzido a partir dela constituirá a informação *nova* trazida pelo texto.⁸⁴

Koch considera as entidades conhecidas ou *dadas* aquelas que: a) constituem o co-texto, isto é, que são recuperáveis a partir do próprio texto; b) aquelas que fazem parte do contexto situacional, isto é, da situação em que se realiza o ato comunicativo; c) aquelas que são de conhecimento geral em dada cultura; d) as que remetem ao conhecimento comum entre autor e leitor.⁸⁵

Algumas delas são pressupostas (enciclopédia própria), outras são construídas progressivamente pelo próprio relato (enciclopédia construída). Para o desenvolvimento de tal temática. GUIDI, M., Comunicação e pragmática na exegese bíblica, p. 82-88.

⁸³ KOCH, I. V.; TRAVAGLIA, L. C., A coerência textual, p. 77. Neste sentido, é preciso sublinhar que o autor do texto e seu respectivo Leitor tenham uma boa base de conhecimentos comuns. Quanto maior for esta parcela, menor será a necessidade de que o texto redunde em explicitações, pois o Leitor será capaz de “suprir as lacunas”, mediante inferências. Para esta discussão, pode-se aprofundar em MARCUSCHI, L. A., Linguística de Texto, p. 76-77. Marcuschi ao referir-se aos conhecimentos armazenados pelo leitor em “memória semântica” que se refere às estruturas de eventos, fatos e experiências, com a função de organizar os fatos entre si; e “memória episódica” contém segundo ele a lembrança dos fatos.

⁸⁴ KOCH, I. V.; TRAVAGLIA, L. C., A coerência textual, p. 76-77.

⁸⁵ KOCH, I. V.; TRAVAGLIA, L. C., A coerência textual, p. 77-78.

4.2.4. Inferências

Inferência é a operação pela qual, utilizando seu conhecimento de mundo, o leitor estabelece uma relação não explícita entre elementos de um texto que ele busca compreender e interpretar.⁸⁶ Eco afirma que o texto pede do leitor um trabalho inferencial, pois, este está entremeadado de espaços em branco, de interstícios a serem preenchidos. Isto porque, de acordo com o autor, o texto é um mecanismo preguiçoso que vive da valorização de sentido que o destinatário ali introduziu. Em breves palavras, para Eco, o texto quer que alguém o ajude a funcionar.⁸⁷ Koch e Travaglia utilizam-se da metáfora do *iceberg* para dizer que todo texto se assemelha a ele – o que fica à tona, isto é, o que explicitado no texto, é apenas uma pequena parte daquilo que fica submerso, ou seja, implícito. Compete, portanto, ao leitor ser capaz de atingir os diversos níveis dos implícitos, se quiser alcançar uma compreensão mais profunda do texto que lê.⁸⁸

4.2.5. Fatores de contextualização

Os fatores de contextualização são aqueles que “ancoram” o texto em uma situação comunicativa determinada. Eles contribuem para avançar expectativas a respeito do texto, situando-o num universo contextual de interação. Entre os elementos apontados por Marcuschi, no caso dos estudos de textos bíblicos, carecem explicitamente de elementos textuais de localização, data e autoria, que são inferidos, portanto, extratextualmente e intratextualmente, a partir da leitura do conjunto da obra.⁸⁹ Porém, é importante frisar: para Marcuschi, o início do texto tem função comunicativa. Isto porque o início de um texto cria raios de dependência com um certo alcance. “A

⁸⁶ KOCH, I. V.; TRAVAGLIA, L. C., A coerência textual, p. 79.

⁸⁷ ECO, U., Lector in Fabula, p. 37. É pertinente apontar como afirma Marcuschi, as categorias textuais são intuitivamente fundamentadas na competência textual. Desta competência fazem parte, elementos que ultrapassam o domínio estritamente linguístico, como o domínio intuitivo de um aparato inferencial prático. MARCUSCHI, L.A., Linguística de Texto, p. 52.

⁸⁸ KOCH, I. V.; TRAVAGLIA, L. C., A coerência textual, p. 79.

⁸⁹ Para Marcuschi os fatores de contextualização que se dividem em: a) contextualizadores: assinatura; localização; data; elementos gráficos; e b) perspectivas: título; início e autor, contribuem para avançar expectativas a respeito do texto, situando-o num universo contextual de interação. É digno de nota, de acordo com o autor, que por exemplo, no caso de cartas anônimas, a falta de assinatura é um fator cognitivo que leva o Leitor a várias inferências, dependendo do tipo de conteúdo dela. MARCUSCHI, L.A., Linguística de Texto, p. 37-39.

primeira sentença pode ser longa ou curta, tudo dependerá dos efeitos que deseja obter e das expectativas que cria. Contudo, iniciar com uma ou outra forma linguística, implica restrições na continuidade.”⁹⁰

4.2.6. Situacionalidade

A situacionalidade como fator de coerência, pode ser vista atuando em duas direções: a) da situação para o texto; b) do texto para a situação.

Da situação para o texto, trata-se de determinar em que medida a situação comunicativa interfere na produção e na recepção do texto por parte do leitor e, portanto, no estabelecimento da coerência. Na situação comunicativa, deve-se considerar tanto o contexto imediato da interação, bem como seu sentido amplo, ou seja, o contexto sociopolítico-cultural em que a interação está inserida. Sabe-se que a situação comunicativa tem interferência direta na maneira como o texto é construído, sendo responsável, portanto, pelas variações linguísticas.⁹¹

No que se refere ao vetor texto – situação, sabe-se também que o texto tem reflexos importantes sobre a situação comunicativa: o mundo textual não é jamais idêntico ao mundo real. Ao construir um texto, o autor recria o mundo de acordo com seus objetivos, propósitos, interesses, convicções, crenças. O mundo criado pelo texto não é, portanto, uma cópia fiel do mundo real, mas o mundo tal como é visto pelo autor a partir de determinada perspectiva, de acordo com determinadas intenções. Neste sentido, os referentes textuais não são idênticos aos do mundo real, mas são construídos no interior do texto. O

⁹⁰ MARCUSCHI, L.A., *Linguística de Texto*, p. 47. São os estudos de Marcuschi dos inícios dos anos de 1980 que sugere que se incluam, entre os demais fatores, os fatores de contextualização, responsáveis, segundo ele, pela ancoragem do texto em dada situação comunicativa. Menciona dois subtipos: os contextualizadores propriamente ditos (data, local, assinatura, diagramação); e os prospectivos, que permitem avançar expectativas sobre o texto (título, nome do autor, início do texto). Esses elementos são, muitas vezes, decisivos para a interpretação.

⁹¹ KOCH, I. V.; TRAVAGLIA, L. C., *A coerência textual*, p. 84-85. Como bem ilustra Marcuschi entram em análise geral do texto tanto as condições gerais dos indivíduos como os contextos institucionais de produção e recepção, uma vez que estes são responsáveis pelos processos de formação de sentidos comprometidos com processos sociais e configurações ideológicas. KOCH, I.V.; TRAVAGLIA, L.C., *A coerência textual*, p. 52. Ou mesmo, afirmando o papel da situação comunicativa na produção de sentido, Levinson afirma que hoje com o desenvolvimento da Linguística fica cada vez mais claro que há fenômenos específicos textuais que só podem ser interpretados recorrendo-se a conceitos contextuais. LEVINSON, S. C., *Pragmática*, p. 43.

leitor, por sua vez, interpreta o texto de acordo com sua ótica, os seus propósitos, as suas convicções.⁹²

Desta forma, na construção da coerência, a situacionalidade exerce também um papel de relevância. Um texto que é coerente em dada situação pode não o ser em outra: daí a importância da adequação do texto à situação comunicativa.

4.2.7. Informatividade

Outro fator que interfere na construção da coerência é a informatividade, que diz respeito ao grau de previsibilidade da informação contida no texto. Um texto será tanto menos informativo, quanto mais previsível ou esperada for a informação por ele trazida. Assim, se contiver apenas informação previsível ou redundante, seu grau de informatividade será baixo; se contiver, além da informação esperada, informação não previsível, terá um grau maior de informatividade; se, por fim, toda a informação de um texto for inesperada, ele terá um grau máximo de informatividade, podendo, à primeira vista, parecer incoerente, por exigir do leitor um grande esforço de decodificação.⁹³

É a informatividade, portanto, que vai determinar a seleção e o arranjo das alternativas de distribuição da informação no texto, de modo que o leitor possa calcular-lhe o sentido com menor ou maior dificuldade, dependendo da intenção do autor de construir um texto mais ou menos hermético, mais ou menos polissêmico, o que está, evidentemente, na dependência da situação comunicativa.

4.2.8. Focalização

A focalização relaciona-se com a concentração do autor e do leitor em determinada perspectiva, da qual são vistos os componentes do mundo textual.⁹⁴ Trata-se de uma informação de maior relevância. Ou em outras

⁹²KOCH, I. V.; TRAVAGLIA, L. C., A coerência textual, p. 85-86. Domaneschi, em breves palavras, resume o fator de situacionalidade, como aqueles aspectos que fazem com que o texto seja relevante em certa situação comunicativa. DOMANESCHI, F., *Introduzione alla pragmatica*, p. 236.

⁹³ KOCH, I. V.; TRAVAGLIA, L. C., A coerência textual, p. 86-87.

⁹⁴ KOCH, I. V.; TRAVAGLIA, L. C., A coerência textual, p. 88.

palavras, é o elemento de novidade focal do texto.⁹⁵ Seria, por exemplo, como uma câmera que acompanhasse tanto o autor como o leitor quando o texto é processado. O primeiro fornece ao segundo determinadas pistas sobre o que está focalizando, ao passo que o segundo terá de recorrer a crenças e conhecimentos partilhados sobre o que está sendo focalizado, para poder entender o texto de modo adequado. Entra aqui o princípio de cooperação interpretativa de Grice, abordado anteriormente, em que âmbitos os interlocutores devem agir, em focalização cooperativa.

Diferenças de focalização podem causar problemas sérios de compreensão, impedindo, por vezes, o estabelecimento de coerência. Verifica-se, portanto, que a focalização tem relação direta com a questão do conhecimento de mundo e de conhecimento compartilhado. Um mesmo texto, dependendo da focalização, pode ser lido de modo totalmente diferente.⁹⁶

4.2.9. Intertextualidade

A intertextualidade ocorre quando, em um texto, está inserido outro texto (intertexto), anteriormente produzido, que faz parte da memória social de uma coletividade ou de um determinado povo.

A intertextualidade será explícita quando, no próprio texto, é feita menção à fonte do intertexto, como acontece nas citações, referências,

⁹⁵ GUIDI, M., *Così avvenne la generazione di Gesù Messia*, p. 393-394.

⁹⁶ No dizer de Eco, o problema consiste antes em saber de que maneira o Leitor Modelo é orientado para a reconstrução do focus. Muitas vezes o sinal é explícito: exatamente o título ou uma expressão manifesta que diz precisamente de que coisa o texto quer se ocupar. Às vezes, pelo contrário, deve-se procurar o focus. O texto então o estabelece, reiterando, por exemplo, com muita evidência uma série de sememas ou, em outros termos, palavras-chave. Outras vezes, estas expressões-chave, mais do abundantemente distribuídas, estão apenas estrategicamente colocadas. Nestes casos, o Leitor deve, por assim dizer, farejar alguma coisa excepcional em um certo tipo de dispositivo e nessa base aventar a própria hipótese. ECO, U., *Lector in Fabula*, 2011, p. 73-74. Diferenças de focalização podem causar problemas sérios de intercompreensão. A focalização permite determinar, também, o significado, no texto, de palavras homônimas e polissêmicas, bem como o uso adequado de certos elementos linguísticos de valor dêitico, como é o caso de os verbos *ir* e *vir*, cujo emprego depende da direção do movimento focalizado. Há autores que fazem uma diferenciação entre *topic* e *focus*. O primeiro refere-se ao elemento temático central da porção comunicativa analisada; o segundo refere-se a uma unidade informativa, frequentemente marcada por um pico acentual, portador de informação de maior relevância acerca do *topic*. ANDORNO, C., *Linguistica Testuale*, p. 69-103. Neste capítulo Andorno faz uma ampla análise sobre a relação *topic-comment* e *focus-nuovo*, bom como *topic-focus*.

menções. Por outro lado, a intertextualidade será implícita, quando se introduz no texto, um intertexto alheio, sem qualquer menção da fonte, com o objetivo geral de seguir a orientação argumentativa. Na intertextualidade implícita, a “descoberta” do intertexto torna-se crucial para a construção de sentido. Na verdade, o autor espera do seu leitor, que este seja capaz de reconhecer a presença do intertexto, pela ativação do texto-fonte em sua memória, visto que se tal não ocorrer, estará prejudicada a construção de sentido.⁹⁷

4.2.10. Intencionalidade e aceitabilidade

O produtor de um texto tem, necessariamente, determinados objetivos e propósitos, que vão desde a simples intenção de estabelecer ou manter o contato com o Leitor até de levá-lo a partilhar de seus valores e modos de ação. Assim, a intencionalidade refere-se ao modo como o autor usa o texto para perseguir e realizar suas intenções, produzindo, para tanto, textos adequados à obtenção dos efeitos desejados. É por esta razão que o autor procura, de modo geral, construir seu texto de modo coerente e dar pistas ao leitor que lhe permitam construir o sentido desejado. Todos os outros fatores de textualidade são mobilizados, inclusive, os mecanismos de coesão, já mencionados, para o fator intencional do texto.⁹⁸

A intencionalidade tem relação estreita com o que se tem chamado de argumentatividade. Se aceitamos como verdade que não existem textos neutros, que há sempre alguma intenção ou objetivo da parte de quem produz um texto, e que este não é jamais uma “cópia” do mundo real, pois o mundo é recriado no texto através da mediação de crenças, convicções, perspectivas e propósitos, então, é-se obrigado a admitir que existe sempre uma argumentatividade subjacente ao uso da linguagem.⁹⁹

A argumentatividade manifesta-se, nos textos, por meio de uma série de marcas ou pistas que vão orientar os seus enunciados, no sentido de determinadas conclusões, isto é, que vão determinar-lhes a orientação argumentativa, segundo uma perspectiva dada. Entre estas marcas encontram-

⁹⁷ KOCH, I. V., Introdução à Linguística Textual, p. 22. Koch trabalha de forma mais exaustiva a questão da intertextualidade na obra: KOCH, I. V.; BENTES, A.C.; CAVALCANTE, M. M., Intertextualidade.

⁹⁸ KOCH, I. V.; TRAVAGLIA, L. C., A coerência textual, p. 98.

⁹⁹ No dizer de Guidi, o quadro contextualista coloca na base de sua imposição dois fundamentos: a ideia de dependência contextual de todo enunciado linguístico e a noção de comunicação como processo inferencial de manifestação e de reconhecimento das intenções comunicativas. GUIDI, M., A questão contextual, p. 66.

se os *tempos verbais*, questão fundamental na abordagem pragmático-comunicativa.

A aceitabilidade constitui uma dimensão da intencionalidade. Já se disse que, segundo o “princípio cooperativo” de Grice, o postulado básico que rege a comunicação humana é o da cooperação, isto é, quando duas pessoas interagem por meio da linguagem, elas se esforçam por fazer-se compreender e procuram calcular o sentido do texto do autor, partindo das pistas que ele contém e ativando seu conhecimento de mundo, da situação. Assim, mesmo que um texto não se apresente, à primeira vista, como perfeitamente coerente, e não tenha explícitos os elementos de coesão, o receptor/Leitor vai tentar estabelecer a sua coerência, dando-lhe a interpretação que lhe pareça cabível, tendo em vista os demais fatores textuais.¹⁰⁰

5. A abordagem Pragmática e a Sagrada Escritura

A Pragmática aliada a Linguística Textual, permitiu ao leitor perceber de que não há necessidade de prender-se a, já conhecida, literalidade do texto e sua total correspondência com os fatos. Neste sentido, o artigo procurou demonstrar que o texto não é produto da decodificação de um leitor, mas uma atividade interativa. Esta se realiza, obviamente, com base nos elementos linguísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas requer a mobilização de um vasto conjunto de saberes (enciclopédia) por parte do leitor e sua reconstrução no interior do evento comunicativo.

O caminho traçado por ter sido demasiadamente hermético do ponto de vista das metodologias clássicas atinentes ao estudo da Sagrada Escritura. Porém, é necessário postular que a ciência bíblica, de alguma forma deve abrir-se ao conjunto dos problemas linguísticos suscitados pela filosofia, pela reflexão pragmática e pela linguística textual das últimas décadas. Isto não quer dizer, criar um método novo, mas iluminar um caminho já traçado.

Neste sentido, pode-se postular que os métodos sincrônicos e, entre eles, a abordagem Pragmática-Linguística, permitem ampliar o método histórico-crítico.¹⁰¹

¹⁰⁰ KOCH, I. V.; TRAVAGLIA, L. C., A coerência textual, p. 98.

¹⁰¹ Esse método de interpretação bíblica chama-se “histórico-crítico”, porque adota as técnicas da crítica histórica e literária. Reconhece que, embora seja a Palavra de Deus escrita inspirada, a Bíblia é um registro antigo, composto por muitos autores humanos durante um longo período. Como tal, tem de ser lida, estudada e analisada como outros registros antigos da história humana. FITZMYER, J. A., Escritura, a alma da teologia, p. 26-27.

Este último, por sua vez, permanece indispensável para o estudo da Sagrada Escritura, como aponta o documento *A Interpretação da Bíblia na Igreja*:

O método histórico-crítico é o método indispensável para o estudo científico do sentido dos textos antigos. Como a Santa Escritura, enquanto “Palavra de Deus em linguagem humana,” foi composta por autores humanos em todas as suas partes e todas as suas fontes, sua justa compreensão não só admite como legítimo, mas pede a utilização deste método.¹⁰²

Ao mesmo tempo que o documento da Pontifícia Comissão Bíblica afirma a indispensabilidade do método histórico-crítico para o estudo das Sagradas Escrituras, ele ilumina os seus limites, já que “nenhum método científico para o estudo da Bíblia está à altura de corresponder à riqueza total dos textos bíblicos.”¹⁰³ Não há como, continua o mesmo documento, apontar a suficiência de qualquer método, inclusive o histórico-crítico. Outros aspectos do texto acabam ficando inexplorados e consequentemente na “sombra” do processo exegético-hermenêutico.¹⁰⁴

Algumas linhas apontadas pela Pontifícia Comissão Bíblica podem orientar na procura da integração dos limites do método histórico-crítico, como:¹⁰⁵

- a cooperação interdisciplinar, sobretudo no campo filosófico-hermenêutico;
- a utilização do método em diálogo com a teologia. Neste sentido, se é necessário distinguir os limites de competência de cada disciplina, é igualmente importante tematizar a contribuição que cada qual pode oferecer para uma melhor compreensão da revelação bíblica;
- a consideração pelos aspectos dinâmicos dos textos, com atenção às releituras bíblicas, judaicas e eclesiais;

¹⁰² PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, *A Interpretação da Bíblia na Igreja*, p. 37.

¹⁰³ PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, *A Interpretação da Bíblia na Igreja*, p. 46.

¹⁰⁴ PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, *A Interpretação da Bíblia na Igreja*, p. 46. A pesquisa histórico-crítica deve pela sua própria constituição procurar definir um cânon normativo. Porém, todo processo normativo tem suas verdades constituídas de alguma forma. Os métodos sincrônicos, por sua vez, abrem o texto à uma pluralidade de significados. Para estes, tal “pluralidade de verdades” não constitui um problema, mas aponta a riqueza polissêmica do texto sagrado. EGGER, W.; WICK, P., *Metodologia del Nuovo Testamento*, p. 93.

¹⁰⁵ De forma sintética: CORRÊA LIMA, M. L., *Exegese Bíblica*, 63-65.

- o exercício de uma exegese eclesial;¹⁰⁶
- uma exegese que esteja em relação íntima com a Tradição,¹⁰⁷ da qual é herdeira, e continuada no Magistério eclesial.

Talvez se pudesse pensar que a Pragmática fosse uma área independente de abordagem dos textos, com um território todo próprio e um método próprio. O artigo procurou demonstrar que é mais justo vê-la segundo uma visão de “prospectiva,” ou de forma alusiva, a Pragmática seria como um “guarda-chuva” que cobre cada passo da análise exegética.¹⁰⁸

Esta perspectiva comunicativa abordada não é alienada do estudo Escriturístico, já que o início da Carta aos Hebreus, assim se expressa: “...*Deus que outrora, falou, aos Pais pelos profetas; agora, nestes dias que são os últimos, falou-nos por meio do Filho...*” (Hb 1,1-2). Como Deus utilizou da linguagem humana para comunicar-se com os homens, o estudo deve iniciar por esta dimensão, para a devida compreensão da Palavra de Deus. Pode-se afirmar que, as leis que regulam a comunicação entre os seres humanos, regulam também, sem exauri-la, obviamente, a particular forma de comunicação que é a Palavra de Deus revelada na Sagrada Escritura. A análise, portanto, das leis da comunicação humana, constitui um pressuposto necessário para uma aproximação hermenêutica da Bíblia.

6. Questões de aplicabilidade da abordagem Pragmalinguística

A Pragmalinguística trata de uma perspectiva que acompanha cada etapa da pesquisa de um texto bíblico e serve-se de meios colocados à disposição por

¹⁰⁶ A Exortação Apostólica pós-sinodal *Verbum Domini* sobre esta questão, ilumina e reitera a Constituição Dogmática *Dei Verbum*, no nº 29: “...permite-nos assinalar um critério fundamental da hermenêutica bíblica: o lugar originário da interpretação da Escritura é a vida da Igreja. Esta afirmação não indica a referência eclesial como um critério extrínseco ao qual se devem submeter os exegetas, mas é uma exigência da própria realidade das Escrituras e do modo como se formaram ao longo do tempo. [...] Aliás, é precisamente a fé da Igreja que reconhece na Bíblia a Palavra de Deus”.

¹⁰⁷ Questão já aprofundada no Concílio Vaticano II, na Constituição Dogmática *Dei Verbum* no nº 12, que trata sobre a “Interpretação da Escritura”. Iluminada e reiterada na Exortação Apostólica pós-sinodal *Verbum Domini*, nº17: “é a Tradição viva da Igreja que nos faz compreender adequadamente a Sagrada Escritura como Palavra de Deus. Embora o Verbo de Deus preceda e exceda a Sagrada Escritura, todavia, enquanto inspirada por Deus, esta contém a Palavra divina (2Tm 3,16) ‘de modo totalmente singular’”.

¹⁰⁸ GRILLI, M., “Evento comunicativo e interpretação de um texto bíblico”, p. 309.

outros métodos. Talvez se pudesse pensar que a Pragmática fosse uma área independente de abordagem dos textos, com um território todo próprio e um método próprio. É mais justo vê-la segundo uma visão de “prospectiva”, ou de forma alusiva, a Pragmática seria como um “guarda-chuva” que cobre cada passo da análise exegética.¹⁰⁹

Eco sublinha que a Pragmática pertence ao inteiro processo comunicativo. A Pragmática não é, portanto, um âmbito isolado da análise do texto, mas parte integrante de cada fase da pesquisa. Desta forma, se torna mais respeitosa ao processo comunicativo.¹¹⁰

A abordagem pragmatolinguística não está a parte do método histórico-crítico. Como já reiterado, os passos da pragmatolinguística respeitam os passos clássicos do método histórico-crítico, porém, lidos em perspectiva de relação e comunicatividade entre texto e leitor. A pragmatolinguística parte do pressuposto que um texto bíblico é um evento comunicativo. A comunicatividade parte não do sintagma isolado, mas do texto, que é uma estrutura harmônica e ordenada à comunicação, base da teoria da Linguística Textual acima abordada.

Tratando-se de uma unidade harmônica e estruturada, um texto não possui apenas uma extensão, mas uma coesão sintática e uma coerência semântica. De forma sintática o texto se organiza pelos seus vários elementos coesivos de natureza formal, e semanticamente pela coerência significativa de sentido.

Como o autor constrói no texto a sua estratégia narrativa. Esta não se exprime somente no texto, mas no que comumente em pragmatolinguística chama-se co-texto. Este é uma seleção sintática ao interno de uma obra literária, uma unidade formal delimitada por marcadores de interrupção da narração. Tal seleção fornece a porção adequada, de forma a compreender textualmente o segmento comunicativo (a períclope) tomada em análise.

Ao contrário do que no método histórico-crítico, a pragmatolinguística procura levar em conta o leitor, permitindo-lhe a partir das estratégias narrativas postas pelo autor, estabelecer dialogicamente sentido as diversas expressões e finalmente ao próprio texto. Quando um autor cria uma narrativa, ele constrói um itinerário, com uma trama, ou seja, dispõe os eventos, de forma a concretizar sua estratégia comunicativa. O leitor, por sua vez, é convidado a percorrer o

¹⁰⁹ GRILLI, M., “Evento comunicativo e interpretação de um texto bíblico”, In *REB* 250 (2003) 309.

¹¹⁰ ECO, U., *Os limites da interpretação*, p. 259.

caminho desenhado, cooperando, passo a passo, na compreensão construída no texto.¹¹¹

A organização do material tem uma intenção estratégica: além de envolver o leitor, também quer motivá-lo, endereçá-lo a assumir determinados “paradigmas valorativos” construídos pelo autor. Em outras palavras, cada autor ao escrever uma obra, constrói o seu “Leitor Modelo”, chamando em causa o leitor empírico, de forma que ele possa mover-se em seu “potencial dinâmico.”¹¹²

Após estabelecer a porção contextual da unidade comunicativa, faz-se necessário analisar a dinâmica coesiva-comunicativa da perícope a ser estudada, no entrelaçamento da porção textual delimitada. Entende-se por coesão, a forma como os elementos linguísticos presentes na superfície textual se interligam, se interconectam, por meio de recursos linguísticos, de modo a formar um “tecido” (tessitura), uma unidade superior à frase, que dela difere qualitativamente. O texto é uma sequência linear de lexemas e morfemas que se condicionam reciprocamente e que, de modo recíproco, constituem o contexto: texto, é, portanto, um andaime de determinações onde tudo se encontra interligado, uma estrutura determinativa.

Neste sentido, é fundamental analisar a coesão superficial ao nível dos constituintes linguísticos, e na sequência a coerência conceitual ao nível semântico. Por este viés, pretende-se chegar ao nível pragmático da produção do sentido, no plano das ações e intenções para o leitor. Em suma, o caminho traçado é abordar o texto como um ato de comunicação unificado, num complexo universo das ações humanas. Por um lado, deve-se preservar a organização linear, que é o tratamento linguístico abordado no aspecto da coesão e, por outro, deve-se considerar a organização reticulada ou tentacular, e por vezes não linear, dos níveis de sentido e intenções que realizam a coerência no aspecto semântico, com suas funções pragmáticas.

É mister perceber que a partir da análise Pragmalinguística, o sentido não está no texto, mas, se constrói a partir dele, no decurso de uma interação.¹¹³ A coerência, aqui apontada como perspectiva comunicativa, longe de constituir mera qualidade ou propriedade do texto, é resultado de uma construção feita

¹¹¹ GRILLI, M., *L'impotenza che salva. Il mistero della croce in Mc 8,27–10,52. Lettura in chiave comunicativa*, 2009, p. 23.

¹¹² LANGNER, C., *Evangélio de Lucas. Hechos de los Apóstoles*, 2008, p. 27.

¹¹³ KOCH, I.V., *O texto e a construção dos sentidos*, 2020, p. 30.

pelos interlocutores, numa situação de interação dada, pela atuação conjunta de vários fatores de ordem cognitiva, situacional, sociocultural e interacional.¹¹⁴

A relação da coesão com a coerência existe, porque a coerência é estabelecida a partir da sequência linguística do texto. São os elementos da superfície linguística que servem de pistas, de ponto de partida para o estabelecimento da coerência.¹¹⁵

A base da coerência é a continuidade de sentidos entre os conhecimentos ativados pelas expressões do texto. Essa continuidade diz respeito ao modo como os componentes do mundo textual, ou seja, os conceitos e relações subjacentes à superfície linguística do texto, são mutuamente relacionados e relevantes.

O relacionamento entre esses elementos, frequentemente, não é linear, e a coerência aparece, assim, como uma organização reticulada, tentacular e hierarquizada do texto. A continuidade estabelece uma coerência conceitual cognitiva entre os elementos do texto através de processos cognitivos entre o texto e o leitor.¹¹⁶

Estes processos não são somente de tipo lógico, mas também dependem do contexto, ou seja, de fatores extratextuais, como fatores socioculturais, religiosos e outros e de fatores interpessoais entre os quais se pode citar:

- a) As intenções comunicativas dos participantes da ocorrência comunicativa de que o texto é o instrumento;
- b) As diversas formas de estratégias comunicativas por parte do autor do texto em relação ao leitor;
- c) Fatores contextuais que regem determinados valores e regras sociais.¹¹⁷

¹¹⁴ KOCH, I.V.; TRAVAGLIA, L.C., *A coerência textual*, 2018, p.

¹¹⁵ KOCH, I.V.; TRAVAGLIA, L.C., *A coerência textual*, 2018, p. 49.

¹¹⁶ MARCUSCHI, L.A., *Linguística de texto: o que é e como se faz?*, 2012, p. 51-52.

¹¹⁷ Marcuschi ainda afirma que as categorias textuais devem abranger tanto os aspectos sintáticos como os semânticos e pragmáticos, já que o texto deve ser visto como uma sequência de atos de linguagem escritos, e não uma sequência de frases de algum modo coesas. Com isto, entram na análise geral do texto tanto as condições gerais dos Leitores como os contextos institucionais de produção textual, uma vez que ambos são responsáveis pelos processos de formação de sentidos. MARCUSCHI, L.A., *Linguística de texto: o que é e como se faz?*, 2012, p. 52.

A continuidade dos conhecimentos ativados pelas expressões linguísticas no leitor, termina por construir o que se chama de focalização, ou seja, o tema central do texto.¹¹⁸

Neste sentido, além do estabelecimento do texto, através da crítica textual, da sua delimitação, da determinação do co-texto, a pragmalinguística, enriquecida pela ciência da Linguística Textual e pelos pressupostos da Filosofia da Linguagem, analisa o texto em base a sua coesão sintática e coerência semântica. A dimensão pragmática do texto, não é residual, ou seja, não está a parte do processo, mas na própria interação entre texto e leitor, durante o processo de análise.

Conclusão

De forma conclusiva não é fora de propósito recordar a distinção operada pelo documento da Pontifícia Comissão Bíblica *A Intepretação da Bíblia na Igreja*, entre método e abordagem. Por método exegético entende-se uma totalidade de procedimentos científicos colocados em conjunto para a explicação dos textos. Quando se fala de “abordagens”, trata-se de uma pesquisa orientada segundo um ponto de vista particular. De tal distinção deriva que o termo “pragmática” delineia uma abordagem, não um método. Bem que, não se pode ingenuamente pensar que um método seja isento de instância filosóficas fundamentais prévias que lhe dão suporte. O método, de fato, se coloca como necessária mediação entre a subjetividade do intérprete e o dado objetivo de um texto já configurado no seu contexto. O exegeta ao interpretá-lo deve utilizar-se de uma criteriologia que faça emergir os significados dos quais o texto dispõe. Por outro lado, uma perspectiva sincrônico-pragmática permite, evidenciando precisamente como, a partir da configuração própria, o texto interpela o leitor. Dito isto, não que as abordagens sejam implausíveis exegeticamente; somente serão ao parecer do autor deste artigo, parciais e passíveis de subjetivismo quando não integradas nos métodos exegéticos mais globalizantes, sobretudo, o histórico-crítico.

¹¹⁸ Em âmbito sintático o termo “sujeito” é indicado para designar o conceito sintático, enquanto para o valor de tipo pragmático, se usa o termo “topic”. ANDORNO, C., *Linguistica testuale. Un'introduzione*, 2015, p. 73-74.

Reiteramos definitivamente, que a pragmalinguística não é um método, mas uma abordagem do texto,¹¹⁹ aliado ao método histórico-crítico, que lhe dá o suporte dos passos metodológicos. Em suma, a pragmalinguística, quer recuperar a figura do leitor, como instância de relação e interação com o texto, na produção de sentido dele.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, G. A. “Aspectos da filosofia da linguagem: contribuição para um confronto e uma aproximação entre filosofia e ciência da linguagem”, In: SOUZA FILHO, D. M. de (Org.). **Significado, verdade e ação: ensaios de filosofia analítica da linguagem**, Rio de Janeiro: Eduff, 1986.

ANDORNO, C. **Linguistica testuale**. Un'introduzione. Roma: Carocci, 2003.

ARAÚJO DE OLIVEIRA, M. **Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea**. São Paulo: Loyola, 2015.

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**. Palavras e ação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BARBI, A; ROMANELLO, S. (a cura). **La narrazione nella e della bibbia**. Studi interdisciplinare nella dimensione pragmatica del linguaggio bíblico. Padova: Messaggero di Sant'Antonio, 2012.

BATISTA, R. O. **Introdução à pragmática**. A linguagem e seu uso. São Paulo: Contexto, 2012.

BAZZANELLA, C. **Linguistica e pragmatica del linguaggio: un'introduzione**. Bari; Roma: Laterza, 2005.

BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral**. São Paulo: USP, 1989.

BERGER, K. **As formas literárias do Novo Testamento**. São Paulo: Loyola, 1998.

¹¹⁹ Apesar de que o documento da Pontifícia Comissão Bíblica, A Interpretação da Bíblia na Igreja, o trate como um método. Porém, os estudos apontam hoje, com maior coerência, a pragmalinguística como uma processo que cobre todos os passos da semiose, ou seja, da análise textual.

- BIANCHI, C. **La dipendenza contestuale**. Per una teoria pragmatica del significato. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 2001
- BIANCHI, C. **Pragmatica cognitiva**. I meccanismi della comunicazione. Roma; Bari: Laterza, 2009.
- BIANCHI, C. **Pragmatica del linguaggio**. Roma; Bari: Laterza, 2003.
- BIANCHI, C.; VASSALO, N. **Filosofia della comunicazione**. Roma; Bari: Laterza, 2005.
- CHAROLLES, M. “Coherence as a principle of the interpretability of discourse”. In: *Text* 3/1, 1983, p. 71-98.
- CINTRA, M. R.; PENHAVEL, E. “Linguística Textual e Semântica”, In: SOUZA, E. R. F.; PENHAVEL, E.; CINTRA, M. R. (Orgs.), **Linguística Textual: interfaces e delimitações**. Homenagem a Ingedore Grunfeld Villaça Koch. São Paulo: Cortez, 2018.
- CORRÊA LIMA, M. L. **Exegese Bíblica**. Teoria e Prática, São Paulo: Paulinas, 2014.
- DE BEAUGRANDE, R-A.; DRESSLER, W. U., **Introduction to text linguistics**. London; New York: Longman, 1981.
- DOMANESCHI, F. **Introduzione alla pragmatica**. Roma: Carocci, 2014.
- ECO, U. **Lector in fabula**. A cooperação interpretativa nos textos narrativos. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- EGGER, W.; WICK, P. **Metodologia del Nuovo Testamento**. Introduzione allo studio scientifico dei testi biblici. Bologna: EDB, 2015.
- FITZMYER, J.A. **Escritura, a alma da teologia**. São Paulo: Loyola, 1997.
- FUMAGALLI, A. **Gesù crocifisso, straniero fino alla fine dei tempi**, Una lettura de Mt 25,31-46 in chiave comunicativa. Washington: Peter Lang, 2000.
- GRICE, H. P. “Lógica e Conversação”, In: DASCAL, M. (Org.). **Pragmática: problemas críticos-perspectivas da linguística**, São Paulo: Contexto, 1982.
- GRILLI, M., **L’impotenza che salva. Il mistero della croce in Mc 8,27–10,52**. Lettura in chiave comunicativa. Bologna: EDB, 2009.

GRILLI, M. “**Consideraciones en torno a la sintáctica**”. MORA PAZ, C.; GRILLI, M.; DILLMANN, R., *Lectura pragmatológica de la biblia. Teoría e aplicación*. Estella (Navarra): EVD, 1999, p. 31-40.

GRILLI, M. “Evento comunicativo e interpretação de um texto bíblico”. **Revista Eclesiástica Brasileira**, n. 63, 2003, p. 295-312.

GRILLI, M. Parola di Dio e linguaggio umano: Verso una pragmatica della comunicazione nei testi biblici. **Gregorianum**, v. 94, n. 3, p. 525-547, 2013.

GRILLI, M., “**Interpretação e ação: a instância pragmática do texto bíblico**”. GRILLI, M.; GUIDI, M.; OBARA, E. M. *Comunicação e pragmática na exegese bíblica*. São Paulo: Paulinas, 2020, p. 21-56.

GRILLI, M.; GUIDI, M.; OBARA, E. M. **Comunicação e pragmática na exegese bíblica**. São Paulo: Paulinas, 2020.

GUIDI, M. “A questão contextual: a influência do contexto sobre o texto”, In GRILLI, M.; GUIDI, M.; OBARA, E. M. **Comunicação e pragmática na exegese bíblica**. São Paulo: Paulinas, 2020, p. 57-91.

GUIDI, M. “**Così avvenne la generazione di Gesù Messia**”. Paradigma comunicativo e questione contestuale nella lettura pragmatica di Mt 1,18-25. Roma: GBP, 2012.

HALLIDAY, M.A.K.; HASAN, R. **Cohesion in English**. London: Penn State University Press, 1976.

JOUVE, V. **A Leitura**. São Paulo: Contexto, 2002.

KOCH, I. V. **A Coesão Textual**. São Paulo: Contexto, 1989.

KOCH, I. V. **A Interação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 2018.

KOCH, I. V. **Argumentação e Linguagem**. São Paulo: Cortez, 2013.

KOCH, I. V. **As tramas do texto**. São Paulo: Contexto, 2020.

KOCH, I. V. **Introdução à Linguística Textual**. Trajetória e grandes temas, São Paulo: Contexto, 2015.

KOCH, I. V. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 2020.

- KOCH, I. V.; TRAVAGLIA, L. C. **A coerência textual**, São Paulo: Contexto, 2018.
- KOCH, I.V.; BENTES, A. C.; CAVALCANTE, M. M., **Intertextualidade: diálogos possíveis**. São Paulo: Contexto, 2012.
- LANGNER, C., **Evangélio de Lucas. Hechos de los Apóstoles**, Navarra: EVD, 2008.
- LEVINSON, S. C. **Pragmática**. São Paulo: Martins Fontes, 2020.
- MARCONDES, D. “A Teoria dos Atos de Fala como concepção pragmática de linguagem”. **Filosofia Unisinos**, v. 7, n. 3, p. 112-145, 2006.
- MARCONDES, D. “Por uma Visão Performativa da Pragmática: Significado e Ação”. **Cognitio**, v. 11, n. 2, p. 260-281, 2010.
- MARCONDES, D. **A pragmática na filosofia contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar 2005.
- MARCUSCHI, L. A. **Linguística de texto: o que é e como se faz?** São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- MEYNET, R. **Il Vangelo secondo Luca. Analisi retorica**. Bologna: EDB, 2003.
- MILLER, A. **Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Paulus, 2010.
- OBARA, E. M. **Le strategie di Dio**. Dinamiche comunicative nei discorsi divini del Trito-Isaia. Roma: GBP, 2010.
- PETÖFI, J. S. **Text vs Sentence. Basic Question of Text Linguistics**. Hamburg: Buske, 1979.
- PICCOLO, G. “Conoscenza e interpretazione. Come evitare il rischio del relativismo”. **Civiltà Cattolica**, n. 3885, p. 257-267, 2012.
- PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. **A Interpretação da Bíblia na Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1994.
- SANS, G., **Al crocevia della filosofia contemporanea**. Roma: Gregorian Biblical Press, 2010.



ISSN 2596-2922

DOI: 10.46859/PUCRio.Acad.ReBiblica.2596-2922.2023v4n8p256

VAN DIJK, T. A., **Texto y Contexto**. Semántica y pragmática del discurso. Madrid: Cátedra, 1980.

Claudio Roberto Buss

Doutor em Teologia Bíblica pelo Departamento de Teologia pela
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Docente de Teologia Bíblica na Faculdade Dehoniana
Taubaté / SP – Brasil
E-mail: claudiorobertobuss@gmail.com

Recebido em: 13/09/2023

Aprovado em: 06/11/2023